

**PLANO DE GOVERNO
FERNANDO FRANCISCHINI**

**Curitiba
2020**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTADO. PRIORIDADE MÁXIMA	11
1.1 Educação.....	12
1.2 Saúde	18
1.2.1 Telemedicina	20
1.2.2 Assistência Adequada – Preventiva e Curativa	21
1.2.3 Engajamento Digital e Inovação	24
1.3 Defesa Social (Segurança e Defesa Civil).....	26
2 CURITIBA FÁCIL.....	31
2.1 Estrutura de Governança.....	33
2.2 Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC	34
2.3 Secretaria de Tecnologia e Gestão Digital de Curitiba	35
2.4 Universidade Livre do Meio Ambiente - UNILIVRE	39
2.5 Instituto de Administração Municipal de Curitiba – IMAP	40
2.6 Inovação	41
3 EMPREGO URGENTE.....	43
3.1 Qualificação para o Trabalho.....	44
3.2 Reurbanização de Comunidades Carentes	44
3.3 Moradores de Rua	46
3.4 Saneamento Básico.....	47
3.4.1 Macro e Micro Drenagem	47
3.4.2 Resíduos Sólidos Urbanos	48
3.5 Fomento aos empreendedores.....	51
3.5.1 Fundo de Assistência	53
3.6 Cadeias Produtiva de Emprego.....	53
4 CURITIBA INTEGRADA E INTELIGENTE	56
4.1 Plataforma de Mobilidade Integrada.....	57
4.2 Sistemas de Controle de Tráfego	57
4.3 Telemedicina	58

4.4	Serviços de Assistência Social	58
4.4.1	Inclusão da pessoa com deficiência	61
4.4.2	Secretaria de Cidadania, Inclusão, Alimento, Habitação e Trabalho.....	62
4.4.3	Liceus de Ofício.....	63
4.4.4	Segurança Alimentar e Nutricional	64
4.5	Financiamento e PPP	65
5	DESENVOLVENDO CURITIBA	67
5.1	Mobilidade Urbana – Requalificação do Eixo Metropolitano.....	68
5.2	Mobilidade Urbana – Linha Amarela.....	69
5.3	Mobilidade Urbana – Contorno Ferroviário.....	69
5.4	Mobilidade Urbana – Terminal de Integração Rodoviário.....	70
5.5	Mobilidade Urbana – Transporte Público – Eixo Norte Sul.....	70
5.6	Mobilidade Urbana – Transporte Público – Eixo Avenida das Torres.....	72
5.7	Mobilidade Urbana – Transporte Público – Outros Eixos	73
5.8	Mobilidade Urbana – Trânsito.....	74
5.9	Habitação – Eixos de Desenvolvimento	75
5.10	Preservação e Revitalização da Cidade – Cidade da Polícia	76
6	REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	77

INTRODUÇÃO

A civilização, ao longo dos séculos, passou por diversas fases catastróficas decorrentes de pandemias – entre as quais, a peste negra e a gripe espanhola.

Após esses acontecimentos, o comportamento das pessoas mudou a prática de novos hábitos de higiene, a crença na importância da fé, da ciência e do conhecimento humano, a mudança nas condições físicas de aglomeração em cidades.

Várias iniciativas ao redor do mundo mostraram a necessidade de se viver em ambientes arejados e em moradias dotadas de saneamento básico.

As grandes transformações urbanas que aconteceram em Paris, Londres, Rio de Janeiro, entre outros centros urbanos, são testemunhas dessas iniciativas, como a abertura de amplas avenidas arborizadas, a reorganização dos espaços urbanos e a construção de grandes redes de drenagem subterrâneas.

Elas definiram um novo visual às cidades.

As cidades ampliaram e se adensaram após as pandemias e a tendência hoje será essa, na medida em que o grau de urbanização – em ritmo crescente em todo o planeta – se intensifique. Cidades densas e compactas aproveitam melhor as economias de escala, seja em infraestrutura como em serviços. Inclusive, há uma discussão muito atual entre urbanistas que passam a defender a densidade vertical das cidades, com prédios mais altos nas regiões centrais (com revisão dos gabaritos) e desincentivo ao espalhamento das cidades, uma vez que o distanciamento entre as zonas comerciais e residenciais é um dos principais motivos que explicam a excessiva e extensa mobilidade, adensamento do tráfego, dificultando a conexão entre modais e a mobilidade de curta distância por meio de bicicletas ou a pé.

Não será diferente neste Pós-Covid-19.

Segundo estudos realizados pela **IBM**, mais do que **recomeçar**, o Mundo terá que se **repensar** – “**Let’s rethink how the world Works**”...

A começar pelo transporte público, que terá sua utilização reduzida em face da proximidade social que é problemática para o resguardo da saúde pública, o que irá incentivar o uso do transporte individual. Assim, é provável que haja mais congestionamentos nas vias públicas das cidades e uma crescente demanda por modais de transporte sustentáveis, como ciclovias e calçadas para pedestres.

Mesmo que uma parcela das pessoas opte pelo trabalho em casa (home office), essa situação deverá perdurar até que uma vacinação em massa seja viável e esteja disponível a todos.

A forma como os núcleos urbanos deverão, a partir de agora, serem projetados para abrigar populações com necessidade de isolamento ou distanciamento, bem como permitir o trabalho à distância, será uma constante.

Em um primeiro momento, aqueles que puderem optar pelo home office, tenderão a se “encolher” em casas amplas e arejadas localizadas no campo, na montanha, na praia. Mas, esse privilégio está acessível para uma classe financeiramente mais abastada, não sendo relevante como ponto de atenção para o planejamento urbano visando a coletividade. Nossa preocupação está voltada para os empreendedores, para classe média e os pobres fundamentalmente, alcançando a pessoa destinatária das políticas públicas.

Há, inclusive, teses de que haverá um “espalhamento” das cidades. Essa é a proposição do “**starchitect**” **Rem Koolhaas** em sua exposição “**Countryside is the Future**”, no Museu Guggenheim em Nova York – que, por sinal está fechado por conta da pandemia. No entanto, haverá um impacto sobre o meio ambiente e nos custos elevados em infraestrutura. No entanto, haveria um impacto sobre o meio ambiente e nos custos elevados em infraestrutura, com mais externalidades negativas do que positivas. Então, não será uma solução para a maioria da população.

Em verdade, nada substituirá o contato humano. Pessoas são gregárias (atuam coletivamente), com diversidade e troca de ideias, aliados ao desenvolvimento tecnológico, às atividades culturais, o intercâmbio do comércio e de serviços, bem como muitas outras manifestações que acontecerão nas cidades.

O ano de 2020 será emblemático. Mudanças de conceitos serão uma constante e vários mitos serão modificados e melhorados. Em relação ao Meio Ambiente observa-se que, tão somente em poucos meses, a poluição do ar foi reduzida drasticamente, a água dos mares, rios e lagos melhorou substancialmente, a fauna retornou em locais antes poluídos.

Até mesmo em cidades que foram implantadas em espaços sequestrados às matas e florestas, a fauna buscou recuperar seus antigos habitats.

As diretrizes do Desenvolvimento Sustentável terão que ser urgentemente aplicadas nas cidades e no meio rural visando a cumprir os objetivos fixados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e ratificados por centenas de países.

Nas cidades, edificações terão que se adaptar a essas diretrizes: o reuso das águas de chuvas e de esgotos, a existência de ventilação cruzada e menor uso dos aparelhos de ar condicionado, a utilização de novas fontes de energia e de aquecimento, o uso de vegetação para amenizar o calor e conferir isolamento acústico e térmico, entre várias outras iniciativas já em vigor.

Mais ainda: bairros inteiros terão que se adequar a essas novas condições, o que especialmente depende da gestão pró ativa da gestão municipal.

As unidades habitacionais poderão reduzir a produção de lixo através da reciclagem de materiais e da compostagem dos resíduos orgânicos. Não faz sentido coletar, transportar e aterrar o lixo doméstico em áreas situadas cada vez mais distantes dos centros urbanos – além de poluir o meio ambiente. Muitas cidades já aderiram ao conceito de “Lixo Zero”.

O momento é propício – em função do distanciamento social – para que as calçadas das áreas mais solicitadas das cidades sejam alargadas e dotadas com paisagismo atrativo, iluminação na escala do pedestre, segurança, além de permitir o uso de modais não motorizados para os deslocamentos casa-trabalho-escola. Esses modais serão, também, utilizados para percursos **finais “porta de casa” e “porta do trabalho”**.

Comunidades carentes deverão receber atenção especial para que o processo de reurbanização leve em conta as necessidades de espaços vitais, áreas de lazer e recreação, equipamentos públicos e comunitários e, em especial, áreas destinadas ao trabalho e à geração de renda. Temos o entendimento de que equipamentos de impacto devem privilegiar as áreas mais carentes, com especial atenção à espaços recreativos e para esporte, em favorecimento da inclusão e redução do enorme abismo social. Um processo ativo de inclusão favorece a distribuição de renda, dinamiza as relações sociais, é justo e necessário e traz boas externalidades positivas para a economia.

Para isso será necessário reforçar os programas de qualificação e de readaptação ao trabalho, em parcerias com a iniciativa privada, aproveitando o momento em que a solidariedade se faz presente, com doações de roupas, alimentos e bens de higiene, transformando essas iniciativas não mais de caráter emergencial, porém sistemáticas, até que as populações tenham condições de se auto determinar seja por iniciativas autônomas, ou por intermédio desses programas.

Fundamental será disponibilizar nas cidades, com especial ênfase em zonas carentes, internet de alta velocidade, para que as áreas de educação (em especial), saúde e segurança, entre outras, possam estar conectadas para permitir intercâmbio à distância, fundamentais nestes períodos de quarentena.

Quantas crianças, nesses locais, deixaram de ter acesso a aulas à distância quando da pandemia? A falta de acesso à internet, bem como a equipamentos (como computadores e tablets) em residências carentes, expôs de forma dura o enorme hiato entre a educação paga e a pública. Crianças e jovens de escolas particulares, em especial as mais caras, conseguiram razoavelmente superar o impedimento da aula presencial pela aplicação do EAD (ensino a distância). Contudo, as escolas públicas tiveram muito mais dificuldade para apresentar uma solução viável, a destacar que muitas famílias não têm sequer acesso à internet, ou não possuem equipamento em casa, ou mesmo, ainda mais grave, não possuem espaço suficiente em casa ou amparo dos pais para tutorar o acesso remoto das crianças menores.

Com isso, infelizmente a pandemia acentuou o déficit educacional das classes mais pobres, com reflexos que perdurarão por muitos anos; sendo esta uma questão difícil, multidisciplinar, e que carece de muita discussão com a sociedade, com educadores e, em particular uma iniciativa efetiva da Prefeitura.

Novos modelos de comércio e entretenimento irão surgir, em formatos e dimensões diferentes dos usuais, onde a população, especialmente os jovens, se reunirá com amigos, em celebração à vida. Entendemos que a Prefeitura deve ser uma dinamizadora desse processo, sem criar regras de engessamento que impeçam o desenvolvimento de novos estabelecimentos. Isso ficou claro na pandemia, ou invés de as prefeituras incentivarem que os restaurantes se expandissem para as calçadas (em áreas arejadas e onde poderia haver mais distanciamento social), foram criadas regras restritivas, com impedimento de expansão para as calçadas, com horários inadequados, concentrando o movimento (ao invés de dispersar) e inviabilizando o funcionamento dos estabelecimentos – muitos quebraram porque não podiam funcionar minimamente para cobrir os aluguéis e outros custos fixos. Esta realidade será transformada, com um novo modelo de licenciamento, alvará, autorização de funcionamento, tudo será revisto para melhorar a vida em comunidade.

A COVID-19 será a “**aceleradora de futuros**”, nas palavras de **Claudia Costin**. Muitas das iniciativas que aconteceram durante os períodos de isolamento social terão continuidade após a pandemia, conforme constata, também, o **Engº Silvio Meira**:

- Cidades terão que adotar o conceito da resiliência em seu processo de desenvolvimento sustentável e estar preparadas para enfrentar novas pandemias e mitigar eventuais desastres ambientais;
- O Home Office (trabalho remoto) parece ser uma tendência duradoura, em especial, com as novas tecnologias como informação e comunicação (TI&C), 5G, Inteligência Artificial, Internet das Coisas, Realidade Aumentada, impressão 3D, entre várias iniciativas, atingirão a todos e deverão alcançar inclusive o serviço público;
- O próprio desenho das cidades também sofrerá alterações: o que fazer com os prédios de escritórios tradicionais? Seria possível transformá-los em habitações populares? Ou abrigar atividades culturais?
- O transporte público de qualidade continuará a ser uma necessidade para atender aos deslocamentos da população, com os devidos cuidados durante esta fase de contágios do COVID-19;
- Da mesma forma, o transporte individual por aplicativos e taxis receberão os impactos do uso cada vez maior de veículos autônomos, elétricos, e/ou sob demanda: não será mais necessário investir em veículos (hardware), porém em serviços (software);
- Com menos veículos atravancando o trânsito nas cidades, será possível redimensionar as vias, conferindo prioridade aos pedestres e ciclistas (patinetes, skates, todos elétricos) em vias próprias, para deslocamentos curtos, além de revigorar o paisagismo, a arborização, sinalização, Wi-Fi, iluminação pública, segurança e espaços de amenização;
- As áreas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) deverão ter prioridade total – temos expertise e cientistas capacitados a desenvolver tecnologias locais altamente eficientes e econômicas em todos os setores – falta vontade política;
- A Indústria Brasileira terá que ser incentivada, há uma tendência de não mais se utilizar do “**Just in Time**” para uma concepção diferenciada como “**Just in Case**”, com a formação de estoques de segurança em cadeias produtivas muito longas e mediante diversificação de fornecedores em vários países;

- Redes de varejo terão que se reciclar: menos instalações físicas em mega lojas e mais e-commerce. Redes logísticas terão que inovar, com o uso de drones, robôs e centros de entrega descentralizados.

A Inteligência no setor público deverá se preocupar com integração do ecossistema de inovação, com a produção de tecnologia da informação na gestão, com ampla utilização de internet das coisas e evolução da inteligência artificial.

As cidades deverão atender as pessoas e suas necessidades, personalizando e respeitando as individualidades, ao mesmo tempo que deverão atender a todos, enquanto políticas públicas efetivas e de alto nível. Curitiba estará preparada para essa nova realidade.

Fernando Francischini

1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTADO.

PRIORIDADE MÁXIMA

Educação, Saúde e Defesa Social (Segurança Pública e Defesa Civil) constituem políticas de **Estado** e, não, de **Governo**.

A continuidade das ações em curso nessas áreas é de fundamental importância, já que seus resultados serão atingidos a médio e longo prazo e não se esgotam em um período de administração – pelo contrário, quando diretrizes bem sucedidas implantadas ou em implantação são modificadas a cada novo mandato, perdem-se todos os avanços conquistados e tem início um novo ciclo – no mais das vezes – partindo do zero e, nem sempre com a mesma eficiência e produtividade.

Os recursos financeiros compõem um misto de verbas federais, estaduais e municipais, cujas participações estão definidas na Constituição Federal, nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas dos Municípios. A sua boa aplicação e a gestão competente definirão a qualidade dos atendimentos às populações.

Os órgãos de controle (Tribunais de Contas, Ministério Público, Controladorias) exercem permanente supervisão e fiscalização das atividades que compõem as Políticas de Estado.

1.1 Educação

Implantar a **Educação de Qualidade**, visando ao aprendizado do aluno, com a introdução de novas tecnologias e inovações para o ensino presencial e à distância.

Deverá haver total alteração nos paradigmas ora em vigor, devidamente amparada pelas diretrizes da **Base Nacional da Educação**, e aprovadas pelo Conselho Nacional da Educação.

Estão previstas a formação permanente e continuada do corpo docente com a disseminação das novas tecnologias de ensino, a utilização de equipamentos modernos de ensino, a introdução de alterações curriculares, bem como o desenvolvimento das aulas presenciais, em especial em laboratórios especializados (química, física, robótica, impressão 3D, biologia, meio ambiente, novos materiais).

Curitiba foi inovadora na Educação quando instituiu a descentralização de recursos financeiros para as escolas, sob a supervisão de entidades neutras que garantissem a “**accountability**”, a introdução de LEGO, tecnologia da informação e comunicação (IT&C), robótica, educação ambiental (com o **Gunter Pauli**), a valorização do professor com remuneração variável, plano ativo de cargos e salários, além de constante aperfeiçoamento profissional (incluindo viagens a outros países), o cuidado com a saúde do professor, em especial com a sua voz sob a supervisão de fonoaudiólogos, o estímulo ao constante aperfeiçoamento profissional mediante formação em nível superior e em pós-graduação.

Propostas inteligentes na **Educação à Distância** com o uso de equipamentos (tablets, celular, ...) será possível atender famílias e acompanhar a evolução dos alunos que estarão conectados às escolas. Desde a inclusão da chamada digital, até a rápida conexão com os pais, teremos um ambiente de maior interação comunidade/escola. Dentro dessa **Rede de Educação Integrada**, e com o uso do **Cartão Cidadão**, será possível a integração do histórico escolar dos alunos, sua frequência às aulas, programação de atividades extracurriculares e notas dos exames escolares, viabilizando o acompanhamento dos pais, da rede de proteção da criança e do adolescente e dos responsáveis à distância, além da eliminação das filas de matrícula.

Mas não se pode tratar das muitas alternativas de EAD se falta o básico, como o acesso à internet e equipamentos (como computadores e tablets) em residências carentes, como expos de forma crua o isolamento social durante a pandemia, abrindo as chagas do enorme abismo que há entre a educação particular e a pública. Crianças e jovens de escolas particulares, em especial as mais caras, conseguiram razoavelmente superar a restrição à aula presencial pela aplicação do EAD (ensino a distância). Contudo, as escolas públicas tiveram muito mais dificuldade para apresentar uma solução viável, a destacar que muitas famílias não têm sequer acesso à internet, ou não possuem equipamento em casa, ou mesmo, ainda mais grave, não possuem espaço suficiente em casa ou amparo dos pais para tutorear o acesso remoto das crianças menores.

Como sabemos, infelizmente a pandemia acentuou o déficit educacional das classes desfavorecidas, com reflexos que perdurarão por muitos anos. Sabemos que esta é uma questão difícil, multidisciplinar, e que exige abertura da prefeitura para o diálogo com a sociedade civil, com ONGs e educadores.

Assim, a nossa abordagem para esse tema compreende as seguintes iniciativas:

- Estudar a criação de um programa viável de expansão do acesso gratuito de internet para áreas da cidade desfavorecidas (Programa Curitiba Digital - PCD);
- A iniciativa do PCD deve envolver: (i) a identificação de fundos prioritários; (ii) a desejável colaboração das operadoras de telefonia (talvez com sugestão de alteração do marco regulatório federal do setor de telefonia); (iii) o concite ao patrocínio por parte de empresas (a exemplo do que ocorre na manutenção de praças); (iv) programas de doação de equipamentos usados; dentre outras iniciativas.
- Partimos do pressuposto realístico de que os recursos são escassos e que a gestão tem de ser feita com o estabelecimento de prioridades, racionalidade e eficiência.
- Temos ainda como postura filosófica, que o gestor público não deve ser o detentor de todas as soluções, pois tem de aproveitar as boas ideias já discutidas (independentemente de sua pretérita inclinação política) e colher da sociedade civil as sugestões, as ideias e as reflexões.
- Para tanto, o diálogo aberto com a sociedade deve ser sistematizado, em especial para temas complexos como educação,

Nessa linha, é proposta de nossa administração que os programas municipais sejam lançados em 'audiência pública informal' na internet (para receber sugestões), por um período razoável antes de ser implementado, assim como haveria audiências presenciais para colher sugestões da sociedade, de ONGs, associações de professores, pais e alunos (em especial aqueles não representados por união de estudantes).

Ouvir a comunidade é inclusivo, inteligente e necessário, e será um mote para as demais iniciativas de nossa gestão!

Parcerias entre desenvolvedores de conteúdo e a Prefeitura permitirá a inclusão digital de importantes segmentos da sociedade. Iniciativas como **Educação+Digital, Comunidade Escola, Liceus do Ofício** auxiliarão na melhoria de Curitiba.

O envolvimento dos alunos com atividades extracurriculares no contraturno (fora do expediente regular) permitirá desenvolver competências, potencializando o aprendizado, transformando e melhorando as comunidades mais necessitadas até as escolas com melhores indicadores. No contraturno será priorizado de forma enfática o reforço de português e matemática, mas também a **Cultura** por meio de atividades lúdicas e recreativas, como aulas de música (principalmente instrumentos de corda) e coral, teatro, dança, além de prática esportiva que garante aos alunos o desenvolvimento do espírito de equipe, reconhecimento de regras, dentre outras importantes competências, formando toda uma geração mais capaz.

Ainda, esta gestão analisará desenvolver um projeto de envolvimento de alunos de educação física na condução de atividades recreativas em algumas escolas com boa infraestrutura. Seria um programa certificado (como um estágio), com remuneração para cobrir custos, e envolvimento dos pais na organização de programas esportivos e recreativos, podendo estar restrito aos alunos da escola, ou aberto à comunidade.

Especial cuidado será dedicado ao processo de alfabetização, onde crianças de 0 a 12 terão uma nova forma de alfabetização, muito focada na literacia (capacidades de processamento da informação escrita na vida cotidiana), com parâmetros internacionais, colocando Curitiba entre os melhores sistemas de ensino do Brasil, competindo com os demais países, garantindo o futuro de toda uma geração universal. A mudança de Currículo será o início de toda uma nova jornada na educação, mas olharemos em especial para experiências exitosas em outros municípios que se destacaram no nosso grande Brasil independentemente das restrições financeiras do ou orientação política da gestão municipal. Adotaremos uma postura, uma cultura de nos inspirar nas melhores práticas, copiando, adaptando ou expandindo aquilo que for bom e tiver sido obtido resultado.

Ainda, os melhores resultados em educação serão premiadas dentro de padrões internacionais, permitindo alcançar a excelência no ensino, a valorização dos professores e o alto índice de desempenho dos alunos, adaptados à nova realidade de exigência e de um mundo globalizado.

O Sistema de Educação à Distância (EAD) terá uma plataforma pública para cursos de qualificação profissional, que será administrado sob demanda do mercado de trabalho ou de forma eletiva, qualificando todas as pessoas que precisam de emprego, ou requalificando para novas funções ou postos de trabalho aquelas que precisam ser reincluídas, ou que almejam seu primeiro emprego.

Por meio do Cartão Cidadão saberemos quais famílias precisam de creches em horário integral, aos sábados e durante as férias, identificando a necessidade de vagas para atendimento de todos, garantindo esse atendimento e a satisfação da população que precisa desse serviço de educação.

A falta de capacidade que o poder público oferece, será resolvido por meio de parceria com as escolas privadas, que terão a possibilidade de ceder vagas necessárias (mediante contraprestação pública). A educação é uma prioridade, teremos o melhor de cada área de ensino ao dispor da comunidade (principalmente a carente) que poderá estudar em escolas públicas ou privadas, potencializando a qualidade de ensino e resolvendo o antigo problema de demanda.

A frequência dos alunos na sala de aula é um objetivo muito importante a se perseguir, aluno na sala de aula não fica exposto a situações de conflito social. As escolas terão sistema de chamada digital, de forma que a cada foto (ao invés da tradicional chamada) os pais possam ser alertados da ausência do filho em tempo real, e nos casos mais severos onde as faltas se repetirem, toda rede de proteção ao menor (pedagoga do colégio, conselho tutelar, ministério público, assistente social,...) será alertada para adoção de providências e resolução do problema. O aluno que estiver fora da sala de aula terá acompanhamento detalhado, para garantir seu desenvolvimento.

Ainda, como parte de nossa cultura, as escolas serão incentivadas a praticar uma ouvidoria permanente com os pais. O envolvimento destes nos problemas das escolas, a reflexão quanto às possíveis soluções e a participação em mutirões de ajuda (como coleta de mantimentos, agasalhos, reformas, doações e atividades recreativas) é não somente desejável, mas será parte de uma diretriz municipal para as diretorias das escolas.

Seguindo critérios de respeito às estruturas familiares, de resgate aos valores e à ética, objetivando uma formação sólida e crítica, será ofertada às comunidades a possibilidade de implantar **Colégios Cívico Militares** a partir das sextas séries do ensino fundamental. Esse tema deverá ser aberto para discussão naquelas escolas com perfil e infraestrutura adequados.

A escola estará aberta à toda população, desde o processo de alfabetização infantil, até o aprendizado dos jovens e adultos que dependam de alfabetização ou desenvolvimento específico e/ou profissionalizante. A escola deverá ser uma extensão dos lares, onde pessoas de todas as idades poderão melhorar sua percepção de mundo, sua interação com novas tecnologia (inclusão digital), até o desenvolvimento de competências técnicas que habilitem todos ao mercado de trabalho, com qualidade e produtividade, mas que também forme homens de caráter e plenos de seu potencial.

1.2 Saúde

Torna-se imperativa a adoção de uma postura proativa nas ações de Saúde Pública ao invés da manutenção da atual postura simplesmente reativa de atenção, pois a Saúde, além de ser uma necessidade humana fundamental, é também um pré-requisito para o trabalho produtivo, estabelecendo a importante relação de mão dupla – SAÚDE / DESENVOLVIMENTO – em que as características de saúde da população são determinantes do seu nível socioeconômico.

“Gozar do melhor estado de saúde, que é possível atingir, constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de raça, de religião, de credo político, de condição econômica ou social” (OMS, 1946). O presente Plano de Saúde 2021-2024, por meio do conceito de universalidade, reforça o princípio da solidariedade, que por sua vez preconiza uma série de subsídios cruzados: dos ricos para os pobres, dos jovens para os idosos, dos usuários mais frequentes para os menos frequentes, dos saudáveis para os doentes. Os fatores que determinarão quem será beneficiado por esses subsídios são: a necessidade saúde e o desamparo financeiro, considerando que um mesmo indivíduo tem necessidades distintas no decorrer da sua vida (PIOLA et al., 2009).

Em atenção à Saúde, o conceito da integralidade é amplo e será aplicado em três contextos distintos: 1) No nível individual, cada pessoa é considerada em todas as suas necessidades e como parte integrante de uma comunidade; 2) As diversas ações de saúde devem ser tratadas como um todo integrado, sendo a distinção entre promoção, prevenção e recuperação, uma divisão didática; 3) Os diversos prestadores de serviços integram um sistema, a despeito de suas especializações ou áreas de atuação.

O estabelecimento de uma rede de proteção social para todos os membros da sociedade, no qual se insere a atenção à saúde, é fundamental, cujo foco deve estar voltado para ações preventivas e de atenção à população, guiada por evidências epidemiológicas e sociais, convergentes com as realidades demográficas do município, ao invés de manter o eixo orientador em torno do cuidado de doentes hospitalares. A atenção primária à Saúde do cidadão deve ser o centro orientador e regulador dos serviços, retirando a centralidade do hospital e transformando toda a atenção à saúde, de fato, em um sistema funcional.

A Saúde Pública Municipal de Curitiba, em meio a restrições vivenciadas durante o período da pandemia, associada à heterogeneidade territorial e populacional do município, com os históricos acumulados de doenças crônicas não devidamente tratadas, aumento da debilidade na saúde mental da população, além do cenário econômico de adversidade, necessitará resgatar pilares importantes da Saúde Pública do município. Faz parte das diretrizes do presente Plano Municipal de Saúde, ações que viabilizem a retomada da Saúde populacional de Curitiba, com foco na sustentabilidade do sistema, no curto e médio prazo, que aprimorem o sistema existente corrigindo suas falhas e omissões e proporcionem melhorias fundamentais na qualidade dos serviços de atenção à Saúde.

Temos como **missão** promover de forma eficiente e inovadora, os diversos serviços de Saúde para todos os munícipes de Curitiba. A **visão** de tornar Curitiba, no próximo quadriênio, uma cidade de referência nacional em Saúde Pública, reconhecida pela qualidade, pela acessibilidade, inovação e confiabilidade de suas ações. Tendo como **valores**: inovação, equidade, ética, respeito, transparência, comprometimento e eficiência.

Partindo desses pilares estratégicos, serão desenvolvidas diretrizes que nortearão os objetivos e as ações para os próximos anos da nova gestão 2021 – 2024:

1.2.1 Telemedicina

Implementaremos, de forma definitiva, a Telemedicina na Saúde Pública Municipal. A Telemedicina já foi regulamentada, possibilitando o atendimento e orientação aos pacientes, de forma remota. É uma área da telessaúde que permite a interpretação de exames e emissões de receitas e laudos médicos de forma não presencial. Isso facilita o estabelecimento de protocolos atualizados ao combate de doenças, que requerem um constante monitoramento, até para fins de levantamento de saúde populacional e dados epidemiológicos. O monitoramento de casos crônicos, serão melhor controlados e o cidadão integralmente assistido. A ferramenta que será implementada em Curitiba, pode ser dividida nas seguintes modalidades:

Teleconsulta: médicos realizam à distância o atendimento, a prescrição, a orientação e o encaminhamento de pacientes;

Telemonitoramento ou Televigilância: ato realizado sob a orientação e supervisão médica para monitoramento ou vigilância à distância de parâmetros de saúde e/ou doença;

Teleinterconsulta: exclusivamente para troca de informações e opiniões entre médicos, para auxílio diagnóstico ou terapêutico;

Telediagnóstico: ato médico à distância, geográfica e/ou temporal, com a transmissão de gráficos, imagens e dados para emissão, de laudo ou parecer, por médico com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) na área relacionada ao procedimento;

Telecirurgia: realização de procedimento cirúrgico remoto, mediado por tecnologias interativas seguras, com médico executor e equipamento robótico em espaços físicos distintos.

Teletriagem médica: ato realizado por um médico com avaliação dos sintomas, a distância, para definição e direcionamento do paciente ao tipo adequado de assistência que necessita ou a um especialista.

Teleorientação ou Teleassistência: ato médico realizado para preenchimento, a distância, de declaração de saúde e para contratação ou adesão a plano privado de assistência à saúde.

1.2.2 Assistência Adequada – Preventiva e Curativa

A expansão da atenção primária à saúde, estruturada em redes perpassa pela disseminação da **Estratégia de Saúde da Família (ESF)**. Trata-se de uma reorientação do modelo assistencial, por meio da implantação de equipes multidisciplinares, contando com médicos especialistas em Medicina de Família e Comunidade, enfermeiros, agentes comunitários, além da equipe de apoio, nas unidades básicas de saúde (UBS), que passam a ser responsáveis pela manutenção da saúde da população-alvo, mediante ações de promoção, prevenção e tratamento

Inspecionar todas as **Unidades Básicas de Saúde (UBS)** do município quanto às condições físicas, equipamentos, recursos humanos e demanda existente por atendimentos. Ampliar os horários de atendimento das UBS, cuja demanda justifique, investir em revitalização das Unidades Básicas de Saúde que necessitem de melhorias estruturais, assim como reformas e ampliações daquelas Unidades que, historicamente, necessitem se adequar às demandas reprimidas para assistência médica e/ou odontológica. As Unidades Básicas de Saúde serão as portas de entrada do sistema público de saúde e devem ser resolutivas, evitando-se o deslocamento de pacientes para unidades de atenção secundária ou terciária.

Os **Serviços de Atenção à Saúde Preferencial**, englobam redes de serviços especializados de atenção à Saúde, destinados a grupos específicos como:

- ⇒ Saúde da Mulher;
- ⇒ Programa às gestantes Mãe Curitibana;
- ⇒ Saúde Materno-infantil;
- ⇒ Saúde Mental (dependentes químicos entre outros transtornos);
- ⇒ Cuidado integral aos cidadãos com deficiências;
- ⇒ Atendimento ao Hipertenso;
- ⇒ Cuidados aos diabéticos;
- ⇒ Tratamento à população obesa;

- ⇒ Saúde Bucal;
- ⇒ Programa continuado aos tabagistas;
- ⇒ Doenças infecto contagiosas (DST / HIV / AIDS);
- ⇒ Centro de Atendimento às vítimas de violência, especialmente destinado a mulheres, crianças e idosos.

A **Saúde 24h** será um programa destinado à ampliação da oferta de consultas e exames eletivos, em horários alternativos (noturnos e finais de semanas), principalmente para crianças, mulheres, idosos, portadores de necessidades especiais, e cidadãos que necessitem de horários alternativos de atendimentos, reduzindo e acabando com as filas de espera por atendimentos, otimizando os profissionais de saúde e as estruturas existentes e evitando a ociosidade no contra turno

Os **Centros de Especialidades** serão disponibilizados nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) com o objetivo de implantar o serviço de atendimento às especialidades ambulatoriais destinadas a consultas eletivas e à realização de exames complementares eletivos, inclusive exames de imagem. Permitirá uma gestão inteligente das intermináveis filas de espera, priorizando os casos mais importantes e urgentes, mas fundamentalmente atendendo à todos. Ainda, copiando práticas exitosas em algumas cidades, analisaremos implantar convênios com hospitais e clínicas privadas para a utilização de serviços de diagnóstico clínico e por imagem em horários alternativos e a custos baixos. Trata-se do princípio de ocupar horários subutilizados nas instalações privadas, e permitir a prática de preços com ganhos marginais e potencialmente inferiores aos praticados pelos preços de referência do SUS.

Implantar o Cronograma de **Cirurgias Eletivas** do Município, que deverão ser realizadas nos hospitais públicos e nos hospitais subcontratados para esta finalidade, buscando atender a demanda existente, cuja meta é zerar as filas existentes.

Propomos um **modelo alternativo de remuneração**, o sistema atual, em sua grande maioria, remunera por serviços (Fee for service), o que gera uma tendência subliminar ao volume, incentivando a hiper utilização do sistema, não necessariamente traduzido em qualidade de serviços ou produtividade dos meios. Se a remuneração for por qualidade do serviço prestado, teria como resultado a eficiência e produtividade. A busca incessante por um modelo de remuneração baseado em valor, por desfecho nas entregas dos serviços prestados, certamente será a base da sustentabilidade do sistema público de Saúde, pois tem enfoque no provimento de saúde, racionalização dos custos e entrega valor e experiência positiva aos pacientes. Por certo essa é uma questão complexa e será objeto de aprofundamento pela Secretaria Municipal de Saúde.

Ampliar a rede de **atendimento de urgências e emergências** no município, com maior integração entre SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) e SIATE (Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência), especialmente no tocante ao deslocamento de equipe médica minimizando o tempo de resposta aos atendimentos e a produtividade da equipe. Registrando que o tempo do atendimento é o fator preponderante para melhor o prognóstico do paciente em atendimento.

Implementaremos o **Dose Certa** definindo uma farmácia especial responsável pelos medicamentos de alto custo, mantendo disponíveis os medicamentos dos protocolos do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde. Estabeleceremos protocolos municipais para aqueles medicamentos não contemplados em protocolos federais ou estaduais, para os quais há demanda tecnicamente justificada, evitando as judicializações.

A reformulação do **Centro de Reabilitação** destinado aos atendimentos da pessoa com deficiência, que necessitem de reabilitação (ortopédica, auditiva, mental dentre outras), inclusive fornecendo, direta ou indiretamente, órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção. Implementando, inclusive, serviço de reabilitação visual.

Dentro de uma visão mais humanizada e completa para medicina, traremos a **Medicina de precisão (personalizada)**, para oferecer tratamento aos pacientes, que possuam enfermidades com limitada resolubilidade clínica. Respeitando seus aspectos genéticos, suas características biológicas, influências ambientais, entre outros fatores, será o futuro da Saúde. Para essa abordagem ser eficiente e individualizada, é necessário integrar todos os dados clínicos do paciente. Os testes genéticos, os exames bioquímicos e as análises dos exames laboratoriais, devem estar unificados, integrados e suportados por plataformas de inovações tecnológica, condições que Curitiba atenderá em respeito ao cidadão.

Vamos buscar incessantemente tornar o Curitiba mais saudável, populações com doenças crônicas (obesidade, tabagismo, diabetes, hipertensão, ...) terão atenção especial, com ênfase em campanhas e programas de prevenção e tratamentos voltados à sua recuperação, inclusive com benefícios específicos para aqueles que conseguirem os melhores indicadores de recuperação. Fazendo com que o cidadão participe ativamente do **cuidado da sua própria saúde**. Onde o maior beneficiário será a pessoa que terá a saúde restaurada.

1.2.3 Engajamento Digital e Inovação

O **Cartão Cidadão**, introduzido no sistema de informatização Saúde Pública de Curitiba, por meio da implantação, em toda a rede municipal de Saúde, do Prontuário Eletrônico do Cidadão (integrado ao Cartão Cidadão), unificará e integrará toda a base de dados de Saúde do cidadão, facilitará a jornada e melhorará a experiência do paciente, desde o agendamento de consultas ao acesso a laudos e resultados de exames. Além disso poderá qualificar o trabalho dos profissionais de saúde da família, gerando uma série de benefícios tanto para o cidadão quanto para o gestor da saúde, proporcionando maior agilidade organizacional, melhor funcionamento dos sistemas de regulação (referência e contra referência), além de permitir a geração de indicadores, o que contribuirá para a identificação de necessidades populacionais e para a fiscalização dos prestadores de serviço;

- Conectividade e infraestrutura necessária;

- Investimentos em equipamentos e infraestrutura;
- Informatização dos diversos setores locais, distritais e municipais;
- Capacitação profissional;

Todas as Diretrizes do presente Plano, seus objetivos e ações estarão conectados por essa plataforma de individualização do cidadão, compondo uma rede integrada de dados, informatizada e digitalizada, na palma da mão de cada cidadão curitibano. Com o Cartão Cidadão, é possível criar uma base unificada de dados e com isso, agilizar os atendimentos, prestar contas de forma eficiente nas esferas Estadual e Federal, controlar e economizar na prestação de serviços além de mapear os comportamentos e necessidades dos cidadãos.

De posse deste Cartão Cidadão, que inclui plataforma tecnológica, biometria, acesso remoto e APP, viabiliza-se o acesso e o tratamento médico, indicando a oferta que melhor atende às necessidades do paciente, com base no seu perfil. Isso empodera o cidadão usuário, uma vez que ele terá pleno controle dos seus dados. Permite a integração de serviços de atenção primária em Saúde, tais como: dados históricos do cidadão e familiares, armazenamento de exames, linhas de cuidado e alertas, acesso a consultas e exames, desconto em medicamentos ou fornecimento gratuito, agendamentos de consultas (presenciais ou por telemedicina) e exames.

O sistema público de saúde vem sendo construído ao longo do tempo em meio a diversas contradições e interesses divergentes. Neste ano de 2020, a Covid-19 colocou todos à prova e demonstrou como os sistemas públicos de saúde estão desatualizados e inadequados. A retomada da cidade após a pandemia irá exigir do seu futuro gestor, ainda mais austeridade, responsabilidade e comprometimento com a causa pública. Será justamente nesse pensamento que priorizaremos a inovação, a criatividade e a melhor técnica a favor da população.

A democratização da Saúde Pública por meio da maior acessibilidade, associada à inovação tecnológica e alicerçada por ferramentas como a telemedicina, certamente propulsionará a retomada da capital paranaense, tão ávida por melhorias e sustentabilidade em suas políticas públicas.

1.3 Defesa Social (Segurança e Defesa Civil)

Orienta-nos em especial a 'Teoria das Janelas Quebradas' (desenvolvida na escola de Chicago por James Q. Wilson e George Kelling) que explica que a criminalidade não é natural da pobreza, mas sim fomentada pela desordem, pela sujeira, pela falta de zelo e ausência ou fraqueza da presença do Estado, bem como no desrespeito ao estado de direito e ao bem coletivo.

Nesse sentido, sabendo que a segurança pública cabe basicamente à gestão estadual, e em certa escala à federal, o gestor municipal poderia se considerar isento, de braços atados e justificar-se diante do crescimento da violência. Mas, não é esse o entendimento da nossa gestão.

Entendemos que a prefeitura tem importantes ações a fazer e um papel relevante na ordem pública e na criação de um clima favorável à cultura do respeito aos direitos individuais e coletivos. Nesse ponto, alguns programas estão em estudo:

- Tolerância zero com as pichações que emporcalham a cidade e causam danos à propriedade de particulares ou a espaços coletivos (pontes, viadutos, prédios públicos e estátuas). Haverá campanhas patrocinadas com o envolvimento da mídia escrita e rádio, assim como forte conexão com as polícias geridas pelo Estado.
- Criação de espaços organizados para que os artistas grafiteiros possam manifestar a sua arte. Esses espaços devem receber iniciativas de artistas profissionais, mas também em especial de amadores, jovens que veem na grafiteagem uma forma de manifestação e desabafo, mas que não possuem um espaço dedicado para o exercício de sua manifestação.
- Intensificar a iluminação pública, inclusive com a possível implantação de PPPs (parcerias público-privadas).

- Varrição de ruas intensificada.
- Programa de coleta de lixo reciclável com a ajuda de associações de coletores, visando a maior limpeza da cidade, mas também ao aproveitamento do lixo reciclável (que ainda não pode ser coletado pelo sistema público municipal) e à geração de renda informais.

Em Curitiba teremos uma integração consistente entre as polícias (Municipal, Militar, Civil, Científica, Rodoviária Federal e Federal), dentro da política proposta pelo Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, consolidaremos parcerias igualmente com o Ministério Público e Órgãos Fiscais, trazendo o conceito que todas as instituições de bem combatem ao crime em suas diversas formas. Queremos o bem vencendo o mal, as famílias protegidas, o respeito às minorias, o respeito ao direito preponderante da coletividade, e a sociedade se desenvolvendo.

A base para essa integração – que deverá ser fomentada pelo diálogo com o governo do Estado - terá início em um centro de inteligência, um grande observatório, à exemplo dos órgãos americanos, onde todas as informações são compartilhadas e depositadas de forma colaborativa. Com rígidos protocolos de segurança, cada polícia deposita suas informações e acessa a base de dados dos demais órgãos de segurança, além de informações estratégicas que os poderes possuem. A inteligência – mais do que o fator força – será o diferencial para uma atuação serena e efetiva das forças de segurança.

De maneira revolucionária integraremos todas as informações disponíveis em banco de dados públicos. O cidadão Curitibaano passará a ter uma única referência de identificação, independente de RG, CPF, Carteira de Trabalho, Cartão Transporte, Carteira de vacina, todas as informações estarão vinculadas ao **Cartão Cidadão**. A partir desse cartão que estará disponível sob a forma de tarjeta magnética, smartfone, reconhecimento facial ou biometria, será possível minimizar as vulnerabilidades e ampliar os atendimentos de cunho social, de saúde, de educação, enfim de todas as áreas que impactam a segurança.

A tecnologia será colocada à disposição dos órgãos de Segurança Pública partindo de uma expressiva rede de monitoramento viário, que agregará câmeras públicas (colocadas em centenas de lugares estratégicos) e as privadas (que tenham a intenção de participar dessa ampla base de segurança). As câmeras serão dotadas de reconhecimento facial e/ou leitor automático de placas, garantindo a segurança ao cidadão em Curitiba, e permitindo retirar de circulação as pessoas que praticam crimes, os condenados que estão em liberdade, os veículos que circulam de forma irregular. Ainda esse sistema poderá identificar cargas desviadas, fraudadas ou furtadas, irregularidades fiscais, o trajeto de veículos furtados, roubados, com placas adulteradas e/ou clonadas. O crime, da forma como conhecemos hoje, estará sob a mais severa vigilância do governo municipal em articulação ao estadual, sendo certo que os índices de criminalidade deverão regredir.

Estaremos muito focados nos crimes de violência contra as mulheres, permitindo o real combate à violência doméstica, protegendo as famílias e coibindo as condutas violentas e desagregadoras de lares. Os canais de acesso ao sistema de proteção serão ampliados, e a violência poderá ser reportada, reprimida e combatida com instrumentos acessíveis a todos os órgãos, em especial ao Judiciário e ao Ministério Público.

A venda de drogas será severamente combatida, por meio de uma sistema integrado entre os Órgãos de Segurança e a Polícia Municipal. Sistemas de Monitoramento estarão a serviço do cidadão para sua proteção, garantindo às polícias as evidências e comprovações, para que sejam apresentadas ao poder judiciário e tornem o combate ao crime mais efetivo.

A saúde pública irá interagir com a segurança para permitir que usuários de droga sejam tratados, recuperados e ressocializados. As famílias, ao perceberem que um de seus membros está usando drogas, poderão interagir com as estruturas da Prefeitura para que esse usuário seja tratado, evitando que o processo se agrave. Essa é uma questão complexa, multidisciplinar e entendemos que a abordagem pode não visar somente à recuperação do paciente, pois há casos graves de dependência onde uma ressocialização é possível com monitoramento do vício crônico. Novamente, a postura dessa gestão será de diálogo e reflexão, mas sendo certo que o poder público municipal não será tolerante a desvios da ordem pública e terá como foco a preservação do direito coletivo.

Buscaremos policiais (estaduais e municipais) aposentados, bem como aqueles que estão na reserva ou na reforma, dando total apoio as atividades meio das polícias, liberando policiais ativos para trabalharem no combate direto à criminalidade. Ampliando a rede de proteção social, trazendo maior segurança ao cidadão.

A atuação da Defesa Civil é fundamental nestes tempos de pandemia, no suporte às equipes de saúde e nas exigências do distanciamento social para que sejam evitadas novas contaminações.

Tornaremos Curitiba a primeira capital brasileira a ser reconhecida como “Cidade mais Resiliente” de acordo com o programa da ONU.

Dentro do profundo respeito a toda sociedade produtiva teremos um **Plano para continuidade dos negócios**, para evitar a interrupção em caso de desastres, o que se já estivesse em vigor mudaria a forma como a atual prefeitura “enfrentou” a pandemia. Ao mesmo tempo em que desenvolveremos processos de coleta de dados local e compartilhada com a Região Metropolitana, formando uma base para mitigar ou sempre que possível evitar os danos por desastres, ameaças e riscos, alcançando inclusive as pessoas que estão expostas, principalmente as mais vulneráveis.

A tecnologia também dará suporte à defesa civil, antecipando e mitigando os impactos dos desastres, incorporando o monitoramento, alerta e alarme para a proteção da infraestrutura. Preparando toda estrutura pública para minimizar danos físicos e sociais decorrentes de eventos climáticos extremos e outras ameaças naturais ou induzidas pela ação humana.

Policiais, bombeiros e técnicos serão melhor treinados e frequentarão cursos e seminários (inclusive internacionais) nas técnicas de prevenção à criminalidade, prevenção de desastres naturais (avalanches, inundações, tempestades), utilizando tecnologias de detecção, de monitoramento de áreas de risco e de alarmes às populações potencialmente sujeitas aos desastres.

Estes conhecimentos poderão ser compartilhados com todos os níveis de atuação dos órgãos de segurança e de prevenção e mitigação de desastres naturais e ambientais.

2 CURITIBA FÁCIL

Curitiba deverá sofrer uma desregulamentação objetivando permitir o desenvolvimento urbano e o empreendedorismo. Utilizando modelo de regulação menos cartorial e mais pró ativo, os serviços da prefeitura estarão voltados as pessoas. Vamos tornar a cidade mais fácil para o cidadão. **Entendemos que temos de devolver ao cidadão serviços melhores, sendo este um direito do cidadão e um dever do estado.**

Cada empreendimento que a prefeitura validar, toda sua estrutura estará voltada à sua implementação e à satisfação da população. Os serviços ofertados pela prefeitura saltaram do mero recebimento e análise de documentos para uma ação proativa adotando seus melhores esforços para que os empreendimentos sejam instalados e evoluam dentro dos aspectos da lei e do anseio por emprego, renda, e economia da cidade..

Os órgãos de fiscalização, vinculados à liberação dos alvarás (Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, Urbanismo, Órgão de Trânsito,...) serão instados a trabalhar num mesmo ambiente, para realizar vistorias integradas (quando necessário), objetivando dar celeridade e garantindo que Curitiba seja uma cidade empreendedora. Do micro ao grande empreendimento, reuniremos todos os esforços para que possam ser emitidos os documentos em tempo adequado. 80% das solicitações de alvará serão liberadas em até 30 minutos, as demais terão como meta a maior agilidade e resultado voltado ao desenvolvimento.

Criaremos ouvidorias para as diversas repartições, com especial atenção aos órgãos de fiscalização. As denúncias serão apuradas por agentes municipais, sendo que analisaremos a possibilidade de acompanhamento pelo ministério público para questões mais graves. Ainda, sabemos que a corrupção nos órgãos de fiscalização das cidades se dá de forma ativa, ou de forma escamoteada. 'Criar dificuldades para vender facilidades' e procrastinar na análise de processos são formas terríveis de corrupção, que emperram a iniciativa privada e o empreendedorismo.

A nossa gestão abordará esses temas com inteligência, desenvolvendo um sistema aberto de monitoramento de prazos e documentos, de forma que desvios da normalidade possam ser investigados.

Operando em um ambiente 100% digital, Curitiba voltará a cena internacional, atraindo investimentos e empreendedores. Toda a burocracia do ente municipal será revista e reduzida às questões básicas. Partindo da responsabilidade técnica de profissional habilitado e do preenchimentos de quesitos objetivos, a prefeitura incentivará o desenvolvimento sustentável da cidade e a geração de emprego e renda. Mesmo as medidas mitigadoras ou compensatórias redefinidas, em especial para que a população menos favorecida seja beneficiada: os microempreendedores individuais e trabalhadores informais.

Vamos cuidar das pessoas, do emprego e da geração de renda. Curitiba por suas qualidades naturalmente atrai empreendimentos, vamos incentivar essa tendência, para desenvolver ainda mais nossa Capital.

A Curitiba Fácil passará por uma grande proposta de modificação dos marcos legais, mas fundamentalmente pela valorização do servidor público, que poderá auxiliar o cidadão, tendo como meta resultados concretos e critérios de avaliação objetivos. O servidor será um grande facilitador desse processo de transformação, sendo devidamente capacitado e habilitado a modificar a forma como o poder público interage com as pessoas, uma melhoria de atitudes complementar o desenvolvimento de competências do servidor.

O servidor público será um agente de mudanças, peça fundamental para as transformações, valorizado pelos seus resultados. A cidade alcança o eixo de desenvolvimento necessário para ampliação do emprego e adequado desenvolvimento.

Ocorrerá uma mudança de cultura, podemos por exemplo, demonstrar como a própria área Cultural da cidade será modificada. Partindo de calendários fixos de eventos, será possível ocupar parques e praças com música, teatro, dança, dentro de espaços concedidos e patrocinados pela iniciativa privada. Curitiba passará a respirar cultura, seja nos ambientes públicos (devidamente regulamentados e destinados às pessoas) ou nas áreas privadas, como bares e restaurantes, o entretenimento será bem-vindo.

Igualmente iremos regulamentar essas atividades permitindo que a alma curitibana seja unvida por todas as artes, transformando em um grande palco de pequenos e grandes artistas, dos locais aos internacionais, queremos todos, com a seleta escolha do público. A prefeitura facilitará o processo, respeitando as pessoas, permitindo que a cidade respire Cultura, modificando a cultura do ente público, tornando as pessoas mais felizes por intermédio da arte.

2.1 Estrutura de Governança

A estrutura administrativa e de gestão da Prefeitura será modificada: a configuração tradicional hierarquizada, será substituída pelo modelo matricial (que já foi testado em Curitiba). As unidades não poderão ser estanques, devem estar articuladas, com objetivos previamente definidos.

Exemplificando: os programas de saúde terão que contar com a participação das unidades de lazer, esporte e recreação, da educação dos filhos e dependentes, do auxílio à moradia, do meio ambiente, do transporte público, de capacitação do trabalhador, do abastecimento alimentar, da ação social.

Adentrando às melhores práticas do setor público e buscando sedimentar a moralidade e a ética, será essencial introduzir as normas de “compliance” na administração municipal (que poderão ser exercidas por uma Controladoria Geral), sempre vinculada diretamente ao Prefeito Municipal. O compliance garantirá a transparência e a certeza que os procedimentos serão pautados pela retidão de conduta dos servidores e dos fornecedores. A moralidade e os bons princípios nortearam o trilhar de toda Prefeitura, juntamente com a ética.

2.2 Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC

O IPPUC tem que voltar a ser o órgão de planejamento por excelência da cidade (e do mundo!). Para isso teremos que voltar às origens. Como foi que surgiu o movimento para que Curitiba experimentasse um processo de planejamento objetivo (talvez pragmático)? Sem dúvida, foi um grupo de pessoas que ao observar a forma como se desenvolviam as intervenções na cidade, ficaram horrorizados com a falta de diretrizes e de uma concepção do que se queria para a cidade, de qual seria o futuro e a vocação de Curitiba.

A partir dessa constatação, a Administração Municipal e a sociedade se mobilizaram para formar técnicos que pudessem dar algumas dessas respostas: enviou jovens recém formados para os centros urbanos de referência no mundo, trouxe outros consultores experientes para compartilhar conhecimentos e promoveu a criação de uma Assessoria ao Prefeito (depois transformada no IPPUC) com os profissionais selecionados. Creio que o momento exige uma tomada de decisão semelhante para que Curitiba continue sua caminhada em direção ao seu futuro.

Ou seja, desburocratizar a administração pública e facilitar a vida do cidadão!

2.3 Secretaria de Tecnologia e Gestão Digital de Curitiba

A Secretaria de Tecnologia e Gestão Digital planejará, implementará e cuidará da reorganização do SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES, com metodologia já aplicada na gestão pública municipal e estadual, com um conjunto de projetos específicos, Assesores de Informação, aplicação de recursos de Softwares, BI - Business Intelligence, inteligência artificial, Internet das coisas e, todos os recursos tecnológicos disponíveis no mercado. Realizará a avaliação de cada serviço público prestado ao cidadão, qualificando indicadores para cada um deles e gerando uma plataforma de apoio ao Planejamento Estratégico do Município e modernização da Gestão Pública Municipal..

Assim, organizará a logística para a gestão de programas e projetos necessários á evolução da Cidade de Curitiba em função do Plano de Governo estabelecido pela Gestão Fernando Francischini, privilegiando fortemente a Tecnologia da Informação, e Inovação, melhorando a Inteligência na gestão Pública.

A organização deverá estabelecer que a Secretaria fará a gestão das ações de Tecnologia e Gestão Digital, promovendo a inovação, integrando os programas e projetos de todas as entidades do Complexo da Prefeitura Municipal e coordenará a interação com o ICI – Instituto das Cidades Inteligentes e com o Mercado, de acordo com as demandas tecnológicas decorrentes durante a Gestão.

O ICI – Instituto das Cidades Inteligentes, Organização Social, parceiro da Prefeitura de Curitiba, prestando serviços, realizando projetos e dando o suporte técnico necessário, operando de acordo com um Contrato de Gestão, que estabelece metas a cumprir para que a Prefeitura atinja seus objetivos em favor do cidadão Curitibano.

A Secretaria de Tecnologia e Gestão Digital manterá em sua estrutura um corpo técnico para elaboração de Programas e Projetos Digitais, que permitam a organização do sistema de gestão pública ancorado em inteligência, com um Sistema de Informações Estratégicas do Município, tratando cada política pública, visualizando os resultados com informações gerenciais aos executivos municipais. Além de prover informações internas, deverá alimentar os portais de transparência e atendimento a Lei de Compliance, compromisso legal do Município.

Importante evidenciar que cada órgão do Executivo Municipal deverá ter um Assessor de Informação, com missão de analisar, planejar, promover a evolução Digital e definir os indicadores de cada serviço, para integração da plataforma tecnológica com o Sistema de Informações Estratégicas do Município

A Secretaria, com o seu corpo técnico e assessores de informação, deverá induzir e realizar ações internas do poder público e alavancar interações com a população, para enfrentar o pós-pandemia, com processos digitais, com implementação de soluções para reuniões virtuais, compras via internet, lives, substituição de seminários pelo webinar, zoom ou similares, projetos de educação a distância, telemedicina e novas tecnologias para ampliar os serviços de governo eletrônico e modernização da Gestão Pública Municipal.

O Modelo metodológico proposto, visa a operação de projetos e ações específicas para o atendimento dos serviços públicos com formação de banco de dados que trarão informações importantes para a prática da inteligência na Gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba, A SABER:

GABINETE DE GESTÃO E INFORMAÇÃO - Criar no Palácio 29 de março uma sala de situação, com suporte tecnológico para reuniões e atividades dos gestores municipais e ecossistema social, amplamente apoiada pelos sistemas e aplicativos que rodam no Município em Dashboards (painéis de visualização), para apresentações de alto nível. A cada reunião neste ambiente, vai formando um banco de conhecimento sobre cada política pública em pauta.

A Secretaria utilizará a sala de situação da Prefeitura que está instalada no Prédio do ICI, como um escritório de Projetos e Processos, para trabalhos técnicos e reuniões com os componentes do complexo municipal para gerar cases de interpretação dos bancos de dados, elaboração de projetos, criação de estudos de BI – Business Intelligence, administração do contrato de gestão, provendo todo o Sistema de Informações estratégicas do Município.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (APLICATIVOS) - Visa analisar o status e qualidade dos mais de 400 aplicativos que rodam na Prefeitura de Curitiba, estabelecendo indicadores que demonstrem a qualidade do serviço ao Cidadão e base para o planejamento estratégico. Gerar uma plataforma de inteligência que permita implementar a predição e planejamento assertivo das ações de Governo.

PROJETO DE BUSINESS INTELLIGENCE – Com base nos aplicativos que rodam serviços em cada política pública, e, geram bases de dados relativas a suas atividades, cria-se um conjunto de indicadores, visualizados pelo estudo de BI, que são chamados cases de BI. Na medida que os cases são construídos, vai se formando a PLATAFORMA DE INTELIGÊNCIA DA GESTÃO.

PREFEITURA 156 – Visa a revitalização do Sistema 156, de acordo com premissas da Gestão Fernando Francischini, melhorando o sistema e reorganizando os trabalhos de cada órgão de Governo para melhorar o atendimento ao Cidadão. Importante rever e preparar as áreas da Prefeitura que efetivamente atendem as demandas da população. Analisar o catálogo de serviços oferecido pelo Município e atualizá-los, adequando para o período de pós-pandemia.

PROJETO DE PESQUISA – Tem por finalidade subsidiar informações ao Planejamento Municipal, com análise do grau de satisfação com os serviços públicos, identificar as demandas regionais, medir impacto das ações do Governo e ajuda a gestão a entender melhor as ansiedades da população.

PROJETO CENTRAL MUNICIPAL DE RELACIONAMENTO – Viabiliza uma gestão integrada de relacionamento com a população, realiza enquetes qualitativas para avaliar com mais detalhes o entendimento da vontade e necessidades da sociedade. Promove campanhas de vacinação, agasalhos, mantimentos e outras eventuais na gestão. Divulga as ações de governo, organiza a mobilização e organiza cadastro de colaboradores, principalmente para atividades de defesa civil.

PROJETO DE AGENDA INTEGRADA – Permite a integração de agenda do Prefeito, com os secretários, administrativa e política. No momento em que o responsável pela agenda do Prefeito e dos Secretários confirmam efetivamente o compromisso, o sistema automaticamente avisa as pessoas que participarão, e informa para as que precisam estar em todos os eventos do Prefeito, SGM, SMCS, Cerimonial.

PROJETO REDE EXECUTIVA DE GESTÃO – Envolve a Cadeia de Comando e assessores, com um painel de visualização, contendo os principais sistemas ou indicadores dos serviços, assegura aos níveis decisórios a disponibilidade de informações estratégicas, por meio de uma ferramenta de apoio ao executivo, com os informações sintéticas do governo e respectivas políticas públicas.

PROJETO SAPM – Sistema de Acompanhamento do Plano de Metas da Prefeitura de Curitiba (é um case de BI – Business Intelligence), que provê resultados a partir da análise dos componentes do planejamento estratégico do Governo, (Plano de Governo, PPA-Plano Plurianual, LOA- Lei Orçamentária Anual), os quais agregados a indicadores socioeconômicos, geram índices de desempenho das políticas públicas e órgãos do Governo. Esta ferramenta de Gestão Pública com reuniões periódicas e equipe em análise constante, permite correções de rota e avaliação dos ajustes a fazer em tempo real nas ações do Governo. Permite também a geração de informações que retratam os recursos orçamentários e financeiros aplicados em todas as políticas públicas por bairro da cidade.

PROJETO GOVERNO ELETRÔNICO EM NÚMEROS – O Painel de Governo eletrônico em Números é uma solução que tem por origem os sistemas aplicativos componentes do Sistema de Informação Municipal, com utilização de BI e inteligência artificial. Coloca-se um contador em cada sistema aplicativo e na medida em que o sistema vai executando serviços ao Cidadão, vai contabilizando e jogando no banco de dados do Painel, demonstrando em TEMPO REAL a produção do Governo para a população. O projeto viabiliza a colocação de totens ou painéis de LED em pontos estratégicos da Cidade, mostrando o efetivo trabalho feito pelo servidor público, valorizando o serviço e trazendo completa transparência das políticas públicas da Gestão.

2.4 Universidade Livre do Meio Ambiente - UNILIVRE

A Universidade Livre do Meio Ambiente poderá ser um “think tank” para inovações e pesquisas tecnológicas na área da sustentabilidade ambiental, como já o foi em anos passados.

Estão surgindo milhares de propostas no mundo inteiro sobre o Desenvolvimento Sustentável e Curitiba, que sempre foi vanguarda nessa área, está ficando na rabeira.

Os objetivos do Desenvolvimento Sustentável definidos pela ONU terão na UNILIVRE campo fértil para a sua materialização.

Há espaços dedicados à realização de fóruns, estudos, pesquisas, transmissão de conhecimentos e proposições para que as metas do Desenvolvimento Sustentável seja uma realidade objetiva e prática.

Queremos uma **Cidade Sustentável**, preparando Curitiba para atender as necessidades de hoje, garantindo que as gerações futuras sejam igualmente atendidas.

Dessa forma teremos compromisso para destinar corretamente e reaproveitar os resíduos sólidos, oferecer água de qualidade sem esgotar os mananciais, criar e utilizar as fontes de energia renováveis, ofertar transporte alternativo e de qualidade para a população.

Ainda, estamos analisando a criação de um programa que batizaremos de 'Curitiba Verde'. Um projeto que será discutido com as Instituições de Ensino Superior (para um amplo envolvimento acadêmico). A nossa proposta é criar um programa de incentivo orientado e regulado de plantação de mudas de árvores em calçadas, parques e praças, de forma que o espaço público possam estar, em cinco anos, repleto com centenas de milhares de árvores.

Seria uma iniciativa fomentada pela prefeitura, mas implementada pelos moradores de cada rua: (a) canteiros com algumas alternativas padronizadas para não haver afetação negativa das calçadas; e (b) tipos de árvores permitidas por localidade, pois diversos fatores devem ser observados, como a presença de fios, largura da calçada, movimento de coletivos, dentre outros. Ou seja, queremos tornar Curitiba ainda mais verde, mas temos de fazer isso de forma planejada e com ampla discussão com a sociedade.

2.5 Instituto de Administração Municipal de Curitiba – IMAP

Unidade de excelência na formação e aperfeiçoamento dos quadros de pessoal do Município de Curitiba, foi a responsável pelas mudanças estruturais da administração da cidade.

A implantação da estrutura matricial em substituição à estrutura típica hierarquizada com comandos tipo “feudos” em que cada Secretaria possuía um “dono” que recebia a unidade no sistema “porteira fechada”, não mais subsiste em uma sociedade em permanente transformação e que exige serviços públicos de qualidade.

Novas tecnologias, em TI&C definem novos modelos de gestão – com metas preestabelecidas, avaliação de desempenho, meritocracia, incentivos e outros mecanismos inovadores.

A atualização permanente do corpo de colaboradores permite que eles frequentemente cursos de graduação e pós graduação, de especialização, de conhecimentos atualizados, seminários.

O IMAP persegue a eficiência e o aumento de produtividade de todos os segmentos da administração municipal, detecta e corrige pontos de estrangulamento, realiza cursos práticos de liderança e fóruns de debates.

Também forma especialistas e gestores para desempenharem funções dentro da estrutura matricial, possibilitando a renovação desejada dos quadros funcionais da Municipalidade.

2.6 Inovação

As cidades são centros de inovação, lugar onde as pessoas e os recursos se encontram para gerar inovação. O grande desafio do gestor público é permitir que essa inovação chegue ao cidadão, ao seu povo. Igualmente desafiador será introduzir a inovação no ambiente público, para facilitar a vida de todos, tornando-os felizes.

O envolvimento das pessoas passa a ser fundamental, passa a tornar o processo sustentável, garantindo sua continuidade ao longo do tempo. Para cidade utilizar as atuais tecnologias, disponibilizando seus serviços e reduzindo os impactos ambientais e sociais, propomos a parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES) e centros de pesquisa, assim como setores que criem novas soluções (empresas, indústria,...), aplicando-as para as pessoas, com soluções socioeconômicas.

Temos a certeza que criar, manter e expandir as condições de potencial inovador, poderá tornar toda a Região Metropolitana mais produtiva.

Exemplos simples, como o de Birmingham, a segunda maior cidade do Reino Unido, onde o projeto Meu Vizinho, permitiu a criação de *hubs sociais* para ajudar vizinhos a se conectarem e criarem soluções às necessidades. Trocando notícias, informações serviços e objetos conseguiram conectar as pessoas, gerando comunidades fortes e desenvolvidas.

A geração de um Ecossistema de Inovação, assim como ocorre em Florianópolis (boas práticas de companhias com foco na inovação, Conselho de Inovação, Incentivo Fiscal à Inovação), Campinas (concentração de startups, redução de burocracia pública, troca de experiências) e Recife (interação com o poder público, suporte à Pesquisa & Desenvolvimento, Incentivo à ocupação do solo, Internacionalização dos negócios), são perfeitamente possível de ser replicada em Curitiba, com avanços consideráveis.

Curitiba terá como um de seus objetivos o apoio e a incorporação da inovação em seus diversos processos e setores, para melhorar a vida das pessoas. A inovação além de garantir destaque internacional, reduz custos, aumenta a eficiência e permite que cada cidadão seja parte dessa Capital Inovadora, ao agregar as contribuições de cada um e de todos.

Curitiba pode integrar-se aos principais centros de inovação: São José dos Campos (ITA), Porto Alegre (TecnoPuc), Belo Horizonte (San Pedro Valey), Florianópolis (Capital da Inovação), Campinas (Fundação Unicamp), Recife (Porto Digital) e São José dos Campos (Parque Tecnológico).

3 EMPREGO URGENTE

Todo processo proposto para **Curitiba Fácil**, tem como grande objetivo a geração de empregos, permitindo que cada cidadão tenha acesso ao emprego e melhore sua renda familiar, ampliando a qualidade de vida de todos.

Curitiba tem um grande potencial para atrair pessoas e empresas para empreenderem aqui, com a facilitação das regras para que as empresas se instalem e as empresas já instaladas se desenvolvam. Nessa linha, estimamos que será possível criar e manter 600.000 postos de trabalho.

Para tal toda a estrutura municipal Liceus, Comunidade Escola, Faróis do Saber, além da estrutura formal da Prefeitura estará engajada para garantir de os empregos sejam gerados, e que todos os interessados preencham as competências requeridas para as vagas existentes. A prefeitura tem de ser um facilitador da iniciativa privada, um parceiro que orienta, regula, incentiva e faz a economia fluir.

Partindo do **Cartão Cidadão**, a Prefeitura poderá auxiliar os desempregados a se desenvolverem dentro dos requisitos que as empresas pretendem empregar, ao mesmo tempo que saberá das empresas a localização e as condições de preenchimento das vagas, permitindo o emprego efetivo, com possibilidade inclusive de proximidade da residência, evitando impactos sociais adversos.

3.1 Qualificação para o Trabalho

O setor de serviços poderá se constituir no grande fator de recomposição dos empregos perdidos durante a pandemia, desde que sejam reestruturados os programas de capacitação e requalificação de trabalhadores que perderam seus empregos e seus pequenos negócios ou os que viviam na informalidade. Exemplo: os cursos rápidos ministrados nos antigos Liceus de Ofícios, através de parcerias a serem formalizadas com entidades de classe, indústrias, bares, restaurantes, supermercados e demais atividades econômicas. Por certo, uma melhor articulação com o Sistema S será buscada, uma vez que há recursos de formação de ótima qualidade e que podem ser melhor aproveitados para o pleno usufruto da sociedade.

Como o elo mais fraco das cadeias produtivas, esses trabalhadores deverão receber apoio assistencial da sociedade, através das correntes de solidariedade que se formaram durante o período de quarentena (“ano de 2020”), porém, em caráter temporário e por tempo determinado, até que eles possam retornar às suas atividades produtivas.

Durante o período assistencial, deverão receber todo o apoio nas áreas da saúde, da educação dos filhos, na documentação de cidadania, na doação de cestas básicas e no acesso a outros serviços essenciais.

Na verdade, são programas que já existem ou existiam visando a apoiar trabalhadores sem qualificação e habilitá-los ao trabalho produtivo, quer através da oferta de empregos formais, seja pelo incentivo para se tornarem pequenos empreendedores.

É a porta de saída dos programas assistenciais.

3.2 Reurbanização de Comunidades Carentes

A população mais atingida pela pandemia é aquela que mora nas comunidades carentes (favelas). A aglomeração intensa das moradias, a falta de espaços arejados,

as condições precárias de saneamento e a impossibilidade de efetivar o distanciamento social criaram o cenário ideal para a proliferação do COVID-19.

Há a necessidade urgente de realizar obras emergenciais para atenuar essa situação. Pequenas obras de ajustes nos acessos e até obras mais pesadas na contenção de deslizamentos e na solução de moradias em risco de inundação ou de desabamento, constituem medidas de curto prazo. É nosso entendimento que obras de impacto social são necessárias, a exemplo do que foi feito com sucesso na Colômbia, talvez com recursos e doações de entidades internacionais. Praças de lazer, quadras de esporte, piscinas públicas e reurbanização são instrumentos fortes para a recuperação da cidadania.

Além do mais, ações de inclusão digital são necessárias e urgentes, sendo certo que o isolamento social provocado pela pandemia deixou evidente que a falta de conectividade potencializou o hiato educacional para aqueles que não puderam contar com EAD. Esse tema foi tratado no tópico anterior referente à Educação.

Será necessária uma ação solidária e intensa na mobilização das comunidades locais – muitos dos moradores, ora sem trabalho, têm noções de construção civil e poderão ser treinados em cursos rápidos para participar dessas obras, mediante remuneração.

São obras civis relativamente simples a serem realizadas em favelas, aplicando a metodologia canadense denominada Modelo Colaborativo – moradores dessas comunidades deverão ser mobilizados e eles próprios decidirão as prioridades de atuação e os tipos de obras emergenciais.

Empresas de construção civil poderão ser contratadas, desde que empreguem trabalhadores do próprio local em que vivem. Arquitetos, engenheiros, assistentes sociais, agentes comunitários e de saúde, agentes da defesa social e outros profissionais deverão ser mobilizados para atuar “in loco” para supervisionar o desenvolvimento dos trabalhos.

3.3 Moradores de Rua

Elo mais frágil da população dos centros urbanos, necessitam de atendimento especial visando a resgatar a autoestima e estimular a sair das ruas. Uma atenção integral será disponibilizada aos moradores de rua, que terão sua cidadania garantida com tratamento médico, psicológico, terapeuta ocupacional, e assistência social recuperando a dignidade e as referências de valores. Uma questão objetiva impede a ressocialização. A ausência de documentos. Não se pode tratar desse assunto sem conexão com o Estado e o Governo Federal, pois a regularização da documentação depende de informações de vários bancos de dados, sem deixar de verificar as informações dos órgãos de segurança.

Assim como todos os cidadãos de Curitiba, os moradores de rua terão identificação garantida por meio do **cartão cidadão**, vinculando todo tratamento e encaminhamento, respeitando a individualidade e a motivação de cada um.

Esta é uma preocupação da Administração Municipal, que tenta resgatá-los das ruas para que possam desenvolver atividades produtivas, desde que sejam incentivados a tal.

Uma das alternativas é oferecer a possibilidade de utilizar espaços públicos ou pertencentes a entidades assistenciais, para que tenham, ao menos, locais para se alimentarem, tomar banho e passar a noite (especialmente no inverno). A mencionar que muitos dos moradores de rua têm animais de estimação e deixam de frequentar os abrigos porque não há onde deixar o animal. O mesmo se aplica a pertences pessoais, pois não há escaninhos trancados para deixar os pertences. São questões micro, que parecem menores, mas que têm de ser endereçadas.

A rede de assistência social de Curitiba procura atender condignamente essa população e tenta capacitá-los de alguma forma. Este é o grande desafio das administrações municipais em todo o mundo. A ampliação e ativação de parcerias com Institutos, Igrejas e ONGs que atuam nesse setor, será uma ação concreta da Prefeitura, trazendo ainda mais patrocínios e nacionais e internacionais.

De toda forma, as soluções terão caráter pró ativo e sem paternalismos!

3.4 Saneamento Básico

Na área do saneamento básico Curitiba e a sua Região Metropolitana tem os melhores índices de coleta e tratamento de esgotos entre as capitais do País, justamente porque desde 1995 vem investindo maciçamente no setor (com financiamento do JBIC) e graças à dedicação da SANEPAR, apesar do congelamento de tarifas e das tentativas de desestabilizar a empresa.

O Saneamento Básico compreende as áreas de Abastecimento de água potável, de Coleta e tratamento de esgotos sanitários, de Macro e micro drenagem e de Coleta, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos urbanos. Seu novo marco regulatório foi recentemente aprovado e deverá permitir a formalização de parcerias com a iniciativa privada.

3.4.1 Macro e Micro Drenagem

Para a geração rápida de empregos no pós-pandemia, uma das alternativas seria na área de macro e micro drenagem.

É notório o que ocorre com nossos rios: a maioria deles está contaminada pelo despejo ilegal de esgotos (domésticos, comerciais e industriais), além de lixo de todos os tipos, incluindo resíduos da construção civil (entulhos) e móveis e utensílios inservíveis.

Em parceria com a SANEPAR, efetuar um amplo levantamento da situação, mobilizando equipes de fiscalização para eliminar esses despejos clandestinos e, assim, “limpar” os rios.

Concomitante, realizar os levantamentos das bacias principais e elaborar projetos de macro e micro drenagem para a realização de obras necessárias, a exemplo da criação de um parque linear à jusante da bacia do rio Barigui.

O projeto deverá contemplar ações como dragagem dos rios, preservação de suas margens, relocação de invasões, obras de contenção de enchentes, formação de lagos, recuperação da mata ciliar, construção de cicloviás, paisagismo, iluminação pública e ocupação com atividades de lazer, esporte e recreação. Poderão ser previstas atividades econômicas de acordo com as vocações dos bairros.

Outras bacias poderão ser contempladas e, na medida em que cursos de água fiquem despoluídos, será até possível “descanalizar” rios – essa é uma tendência mundial, a exemplo da Coreia do Sul (Seul), Alemanha e Portugal, entre outros países.

Rios formam cenários bucólicos e amenizam o clima e permitem seu usufruto como área de lazer e recreação, através da implantação de paisagismo criativo, cicloviás, iluminação na escala do pedestre, “hot spots” e outras atividades.

Os Parques Lineares criados a partir dessas intervenções constituem, também, obras de estruturação da cidade, à exemplo dos parques existentes em Curitiba, que se tornaram pontos de visitação turística importantes.

3.4.2 Resíduos Sólidos Urbanos

Até hoje se discute o que fazer com o lixo urbano, quando existem várias alternativas para o tratamento do lixo, que não o de simplesmente enterrá-lo: produzindo poluição, uso de áreas enormes e cada vez mais caras, transporte do lixo a distâncias cada vez maiores, com a exigência de instalar sistemas de tratamento do chorume e do lodo de esgotos.

Quem sabe se um tratamento local com produção de composto (adubo) e biogás (com produção de energia elétrica, se for o caso) sem que se polua o meio ambiente não seria mais adequado? Em vários países já se faz isso localmente, até mesmo em supermercados e shoppings. A Rede Carrefour realiza a compostagem e produção de “Terra Vegetal” para uso doméstico e a comercializa. Proposta do “Lixo Zero” já é adotada em várias cidades do País.

Portanto, além de estimular a reciclagem de resíduos – lembrar que Curitiba foi pioneira no Brasil – com o concurso de “coletadores”, criar formas para a sua comercialização com a busca de parceiros (vidros, principalmente) para melhorar a renda dos catadores.

Um dos materiais reciclados – placas de prensagem a quente de plásticos – é utilizado em projeto desenvolvido em Florianópolis, denominado “Infracities”. Consiste na abertura de Valas Técnicas utilizando esse material e dispõe de compartimentos definidos para a implantação das redes de energia elétrica (em média e baixa tensão), água encanada, esgotos sanitários, fibras ópticas, gás canalizado, podendo ainda compartilhar dutos de águas pluviais, arborização cujas raízes não danifiquem a vala nem a calçada, bem como ciclovias.

Essas placas têm, normalmente, pouca demanda dada a aparência rústica das mesmas e o processo de construção das valas é realizado com encaixes previamente definidos nas placas. É como montar um jogo de LEGO. As valas são preenchidas com “areia” resultante da reciclagem de entulhos. Seus custos são muitas vezes inferiores aos sistemas tradicionais hoje utilizados nas obras públicas, onde cada concessionária de serviços abre a sua valeta e atrapalha o trânsito.

Essa solução de infraestrutura permite a realização de novas ligações de redes, a manutenção, monitoramento por fibra óptica e cadastro em GPS e realidade aumentada de todas as redes, sem quebra de pavimento/calçada, interrupção de trânsito, aborrecimentos aos moradores. O resultado é uma paisagem “limpa” sem fiação aparente que tanto polui a paisagem urbana.

A nossa gestão pretende também incentivar e regular o enterramento dos fios de eletricidade, internet coaxial e fibra ótica (ampliando a conectividade). Esse processo deverá ser especialmente incentivado em regiões mais turísticas, em ruas que possam ser fechadas para pedestres (permanentemente ou nos fins de semana), onde há concentração de bares e restaurantes, visando a uma paisagem limpa e convidativa ao pedestre.

A mão de obra utilizada requer pouca especialização e é intensiva.

Manter e ampliar o “câmbio verde” e inventar outras modalidades de permutas (cesta básica, álcool gel, sabão, produtos de higiene – pelo menos enquanto durar a pandemia).

O “câmbio verde” surgiu quando houve uma superprodução de hortigranjeiros na RMC e os lavradores estavam passando o trator por cima da produção, já que não valia a pena o trabalho de colher, transportar e vender na CEASA.

Foi nesse contexto que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente entrou em contato com os produtores e propôs recolher a safra gratuitamente. A ideia era complementar o programa de troca de lixo reciclável por vale transporte, com a troca por comida nas regiões carentes da cidade.

Hoje, com a pandemia exigindo quase uma reclusão das pessoas, o “câmbio verde” poderia ser uma forma inteligente de apoio ao pequeno agricultor – que tem dificuldades na comercialização de sua produção – com a aquisição dos produtos pelo seu custo – e distribuí-la através do “câmbio verde”, beneficiando tanto quem produz, como quem precisa de alimento, mediante a troca dele por lixo reciclável.

O programa é educativo e, ao mesmo tempo, social: sem paternalismos.

Solucionar o problema do descarte ilegal de entulhos na cidade, mediante parceria com a iniciativa privada para a coleta (em ecopontos), reciclagem desse material e sua reutilização na construção civil e na pavimentação de vias – especialmente ciclovias com pigmentação adequada. A criação de **ampla rede de ciclovias** compõe as Ações Estruturantes.

A unidade de produção de biogás da SANEPAR em parceria com a empresa privada deve estar produzindo, também, composto orgânico como subproduto. Avaliar a utilização desse material em viveiros, parques e praças da cidade. Da mesma forma, o seu uso na produção de hortifrutis na periferia da cidade possibilitaria o aumento da produtividade, reforçaria o consumo de alimentos e se tornaria uma eventual receita para as comunidades locais.

Recompôr os programas como “Disque Solidariedade” para o recolhimento de objetos descartados. Estamos estudando um programa de criação de postos de descarte em bairros, possivelmente em parceria com supermercados ou shoppings (que disponham de área de estacionamento ou fachada) e em articulação com a sociedade civil. A ideia é que objetos possam ser descartados, estocados em um posto de coleta, e oferecidos a interessados. A essa iniciativa podem se acoplar os Liceus de Ofícios, oferecendo cursos profissionalizantes nas modalidades de marcenaria, de carpintaria, de restauro de móveis de estilo, de conserto de eletrodomésticos descartados, entre outras.

A Comunidade Escola atrairá os jovens e adultos para retornarem às escolas visando a inclusão digital, ao preparo por meio de cursos ofertados, inicialmente por EAD e num segundo momento (para os aprovados na fase à distância) para aulas presenciais práticas.

3.5 Fomento aos empreendedores

Dentro do histórico de recolhimento de impostos municipais, a Prefeitura abrirá linhas de crédito para atender os empreendedores para que possam se manter e se desenvolver.

A prefeitura acompanhará a necessidade de cada empreendedor (seja uma micro ou pequena empresa).

Para estimular a construção civil, a Prefeitura poderá conceder até 50% (cinquenta por cento) do potencial construtivo, para aquelas empresas que aprovarem projetos em 2021 e se comprometerem a concluir a obra até 2023. Gerando um diferencial no mercado de construção, impulsionando os investidores e aquecendo toda cadeia produtiva vinculada à construção. Com a grande vantagem que este benefício possui grande repercussão econômica e não afeta diretamente as finanças públicas, o que significa que todos ganham, numa espiral benéfica de desenvolvimento. Como já mencionamos anteriormente, o incentivo ao adensamento das cidades é uma discussão contemporânea, com especiais repercussões na redução do trânsito e menor tempo de deslocamento da população, sendo essa uma discussão multifatorial que poderemos vir a estabelecer em consulta pública com a sociedade.

3.5.1 Fundo de Assistência

A Prefeitura estudará a criação do fundo de assistência para que seja disponibilizado à população necessitada. O valor pode ser alterado ou discutido conforme a viabilidade orçamentária, entretanto nesse estudo será considerada a quantia de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Este valor tem a previsão de alcance de até cem mil cotas de benefício, totalizando 40 milhões de reais, retirado do fundo de assistência da Prefeitura Municipal de Curitiba. Tal valor se refere à 20% das despesas liquidadas pelo setor de assistência social do municipal entre janeiro e abril de 2020.¹ Ou ainda cerca de um quinto do destinado ao transporte público municipal durante a pandemia. A criação desse fundo está certamente vinculada à responsabilidade fiscal e à manutenção imperativa da saúde financeira do município.

O valor será creditado no **Cartão Cidadão**, para ser utilizado na região em que o munícipe reside, em micro e pequenas empresas cadastradas previamente no programa e cumpram os requisitos sociais em parceria com o poder público, tais como manutenção de emprego, e criação de postos de trabalho.

A aplicação de recursos diretamente na base da cadeia de produção dos bairros, estimulará o desenvolvimento e a retomada das ações das pequenas e micro empresas. Aumentará os valores circulantes nas regiões periféricas e estimulará a produção e abertura de novas empresas em cada região.

3.6 Cadeias Produtiva de Emprego

Todas as áreas de geração emprego e renda devem receber atenção máxima. Respeitando as características de cada uma delas, devemos potencializa-las com incentivos e/ou reconhecimento formal.

¹ https://mid.curitiba.pr.gov.br/contaspublicas/2020/02/An2_Fun_RREO_2B20.pdf

Podemos citar a cadeia produtiva do esporte, onde há uma infinidade de ações a serem implementadas. Desde a necessidade de implementar programas profissionalizantes para formação de atletas de alto nível (desempenho), até a potencialização de aplicativos de práticas desportivas e condicionamento, aplicativos de alimentação esportiva, até serviços ligados ao esporte (medicina, nutricionista, fisioterapeuta, fisiologista, psicólogo, educador físico) ou geração de bens (artigos esportivos, equipamentos de ginástica, e outros relacionados ao esporte).

Cada área tem as suas necessidades e precisamos potencializar as soluções, como por exemplo: regulamentar e fomentar atividade de “personal trainer”, tratar academias como serviços essenciais (geram saúde), disciplinar a atuação do educador físico nas praças e parques (concedendo área para trabalhar e garantindo incentivos para que profissionais de Educação Física possam realizar orientação profissional para todos os usuários desses locais e/ou academias ao ar livre), fomento à categoria, orientação de saúde à população, incentivo para gravar vídeo aulas, enfim uma gama de ações que podem melhorar a vida de todos e potencializar toda cadeia produtiva,

Outra importante cadeia produtiva é a Cultural, a Cidade precisa incentivar a **Cultura para Todos**, desde a escola (aulas de canto e de musicalização), formação de orquestras jovens (com bolsa para os que se destacam), formação de uma orquestra da cidade, desenvolvimento de eventos com participação de artistas locais, ampliação dos centros de eventos (ampliando não só a cultura como também o turismo), concessão de espaços públicos para grupos econômicos financiarem os shows, calendário fixo para grandes eventos (ampliando as opções de investimento privado no entretenimento), revisão de impostos para eventos culturais (shows, festivais, teatro), definição de espaços disponíveis para eventos culturais (com calendário fixo, regras claras e garantia de cumprimento), concessão de áreas em parques e praças permitindo criar espaços de padrão internacional (Feira de Palermo, Recoleta em Buenos Aires, Praças de Barcelona – Las Ramblas, Mercado Municipal de Montevideú, dentre outros tantos exemplos de utilização compartilhada do espaço público), definição de espaços na cidade onde seja possível implantar áreas de entretenimento noturno (principalmente em locais com baixo índice de habitação, onde seria possível ampliar o movimento de pessoas e de ruído).

A cultura, o entretenimento e a recreação convivem em harmonia, cadeia produtiva que deve ser incentivada, aprimorada, principalmente com recursos privados, mas com compromisso, concessão de espaços, garantia de segurança e regularidade do poder público, tornando fácil o desenvolvimento de toda essa estrutura.

Uma Curitiba em que a Cultura para Todos, seja uma verdade, espalhada pelas ruas, praças, parques, bares, restaurantes, teatros e espaços culturais em geral. Onde se trabalhe muito e se “respire” cultura, tornando a vida mais leve e aprimorada.

Seguindo a lógica desses dois exemplos, mas ampliando para outras tantas (como a cadeia produtiva de alimentos, de vestuário, de mobilidade, da indústria, do comércio, enfim todas) queremos facilitar a vida do cidadão, tornando a cidade melhor, sua população mais desenvolvida, fomentando empregos e recursos privados, destinados ao bem comum.

4 CURITIBA INTEGRADA E INTELIGENTE

A Conectividade (acesso à internet) passa a ser tratada como um serviço essencial assim como água, esgoto e luz, permitindo que todas as famílias tenham acesso com qualidade. A conexão permite que todo o “mundo” digital esteja acessível, facultando a todo cidadão curitibano utilizar seu potencial.

O respeito ao cidadão, o compromisso de cuidar das pessoas e a necessidade de tratar cada pessoa como única, com toda sua história e necessidades, permite propor uma das questões mais revolucionárias na gestão pública municipal. O **cartão cidadão**. Por meio dele cada pessoa acessará aos serviços municipais mantendo sua individualidade e identidade. A Prefeitura ao centralizar o banco de dados dos usuários, poderá efetuar o cruzamento das informações, tornando cada cidadão respeitado em suas necessidades e demandas. Todos os setores e serviços municipais estarão integrados e voltados ao cidadão. Saúde, Segurança, Educação, Mobilidade, Assistência Social, estarão disponíveis a um clique, ou presencialmente, totalmente integrados, a partir da pessoa.

Por meio de uma plataforma APP ou WEB, os serviços públicos podem acompanhar e autenticar cada usuário ao entrar no sistema. Identificado o cidadão por qualquer um dos sistemas disponíveis RG, CPF, Carteira de Trabalho, Biometria (reconhecimento facial ou por impressão digital).

Integrada também será toda a câmera de segurança, sejam as instaladas pela Prefeitura, sejam as instaladas por outros órgãos públicos, ou ainda aquelas que a iniciativa privada, voluntariamente, quiser integrar ao sistema de monitoramento de Curitiba. Utilizando leitor automático de placas e/ou reconhecimento facial o crime e seus autores serão monitorados e as ações irregulares registradas, trazendo o melhor da tecnologia a serviço do cidadão.

Rumando para um **governo digital** Curitiba terá além de suas atividades administrativas processadas de forma digital - eliminando burocracia e incentivando os resultados a favor da população, - as seguintes soluções:

4.1 Plataforma de Mobilidade Integrada

Imagine você saindo de casa, sabendo o horário que o ônibus estará no seu ponto de embarque, a quantidade estimada de passageiros dentro do veículo e o tempo estimado até seu destino. Sim, facilidades como está estarão à disposição de todos, que poderão acessar as informações do seu telefone celular, ou de qualquer equipamento ligado à internet.

A revolução na forma como as pessoas se locomovem será ainda maior, uma **Plataforma de Mobilidade Integrada** estará disponível com informações de ônibus, taxi e veículos compartilhados (Uber, Cabify, 99, bicicletas, patinetes, ...), o usuário utilizando o **Cartão Cidadão** registrará sua demanda e o sistema entregará suas opções, custos e tempo estimado de deslocamento.

Toda cidade ganha, os custos com mobilidade serão reduzidos, a tarifa do transporte público poderá ser reduzida em até 25% trazendo maior economia e sustentabilidade.

4.2 Sistemas de Controle de Tráfego

Um antigo anseio será realidade, a gestão Semafórica Inteligente para os principais cruzamentos do município com priorização do transporte coletivo, controle de fluxo, manutenção efetiva e integrada, trazendo benefícios para quem circula pela cidade. Os equipamentos de controle de tráfego estarão integrados ao Centro de Controle Operacional (CCO), permitindo que a fluidez ocorra de forma harmônica, utilizando os melhores parâmetros e algoritmos, em favos das pessoas, em tempo real.

As vias terão pontos de monitoramento definidos, conforme estudos de fluxo e ocorrência de eventos (acidentes ou locais com alto risco). Resgatando Curitiba como uma cidade inovadora nas ações de mobilidade.

4.3 Telemedicina

Utilizando as melhores práticas internacionais a saúde das pessoas contará com uma importante aliada, a Telemedicina. Através da criação de **Redes de Saúde Integrada** e do **Cartão Cidadão** será possível o monitoramento do histórico de pacientes para consultas em qualquer unidade de saúde, contemplando os exames, medicamentos e tratamentos. Permitindo que sejam utilizadas unidades de saúde distintas, evitando a sobrecarga e redução no tempo de atendimento.

Ao efetuar o cadastro por rede virtual de dados, utilizando aplicativo com autenticação, o médico terá acesso a todos os dados do usuário: Exames, Dados, Local de moradia e Farmácia Virtual.

Com as demandas devidamente registradas a prefeitura criará a **Saúde 24h**, ampliando o horário de atendimento e exames para o período noturno até as 23h. Será o fim das filas, exames realizados dentro das necessidades de cada pessoa, mais médicos atendendo, mais qualidade na saúde, mais saúde e qualidade de vida para população.

4.4 Serviços de Assistência Social

Vivemos um cenário de incertezas. A pandemia do coronavírus afetou a todas as classes e meios sociais. Já se tem notícia de fechamentos em massa de empresas. O comércio e os serviços amargam prejuízos e se veem em meio a uma crise de proporções nunca vistas, que parece não ter solução.

Mesmo entre 2014 e 2018, dados já apontavam o aumento da extrema pobreza em Curitiba, sendo uma das constatações o próprio aumento do número de moradores de rua. A tendência é de que as dificuldades aumentem, principalmente para a camada mais pobre da população.

Será necessário, de forma urgente, um plano robusto de ações em que o foco esteja nos mais vulneráveis: na geração de emprego, na melhoria da renda e, principalmente, em alternativas viáveis para este período emergencial que tende a ser duradouro.

Todos os serviços de Assistência Social serão personalizados para cada cidadão que precise de atenção específica.

Desde a Proteção Social, assegurando formas de amparo a mulheres, crianças e idosos, principalmente, nas situações provocadas por pobreza extrema, abandono e violência. Passando pelo acesso aos benefícios, serviços e auxílios. Todos os que precisam estarão devidamente amparados.

Um dos fortes aliados deste enfrentamento deve ser a inovação, com foco na educação, na tecnologia e na geração de empregos para a melhoria da qualidade de vida daqueles que mais precisam.

Assim, este Plano de Ação Social tem como objetivo tornar Curitiba uma cidade mais solidária, humana e segura, com o fortalecimento da família e o respeito ao cidadão. Propõe soluções inovadoras voltadas às pessoas em vulnerabilidade social, implementadas em parceria com a sociedade, governos, iniciativa privada e terceiro setor, na perspectiva de um futuro melhor.

Soluções para esse cenário exigem novos paradigmas e alternativas inovadoras.

As Ações Sociais aqui tratadas foram elaboradas de acordo com a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamenta as ações da assistência social, estabelece normas e critérios para a sua organização.

O programa de **Moradia social** terá uma evolução no devido atendimento as pessoas que precisam e encontram-se desamparadas. Podendo utilizar, além do processo tradicional para impulsionar o programa, mas também resgatando modelos de multirão (onde cada membro da comunidade ajuda na edificação das residências) vinculando a todos, e gerando um benefício a cada membro do processo.

O estratégico fortalecimento da **parceria com lideranças comunitárias**, objetivando melhorar a rede integrada de ação junto à comunidade, garantindo maior sintonia com o poder público no atendimento às necessidades da população.

Programas articulando **esforços intersetoriais** para assistência da pessoa em vulnerabilidade social, considerando a renda e nível de vulnerabilidade, tendo a família como base e como estratégia a formação profissional e empreendedorismo, visando a reinserção no mercado de trabalho e a geração de renda.

Programa que possibilite espaços de amparo social (**casas de acolhimento**) para pessoas em situação de rua – em parceria com a rede de conveniados – com oportunidades de convivência social, atendimento médico e atividades de reinserção no mercado de trabalho, resultando em geração de renda e alternativas de vida digna. As ações de **resgate social** serão evoluídas com melhor tecnologia, valorização dos recursos humanos de apoio e intensificação da estrutura de suporte à população carente e desassistida.

Políticas públicas de saúde, educação, esporte, lazer para crianças, adolescentes e jovens, em contraturno escolar, favorecendo seu desenvolvimento saudável.

Parceria com organizações do **terceiro setor** voltadas ao amparo de crianças, adolescentes e jovens em situação de rua, idosos desamparados e pessoas em situação de risco, visando oferecer atendimento emergencial e encaminhamento. (Provopar, IPCC, Femoclan, e outros)

Espaços de convivência voltados aos idosos, com atividades culturais, esportivas, sociais, de lazer, artesanato, inclusão digital, entre outras de interesse, além de oportunidades de reinserção no mercado de trabalho.

Fortalecimento de políticas públicas de **prevenção ao uso de drogas** e tratamento aos dependentes químicos, apoiando e incentivando a manutenção permanente de programas para o combate às drogas, fortalecendo a convivência familiar com vistas a uma vida adulta saudável.

Formação de **jovens aprendizes** em sintonia com as principais demandas do mercado de trabalho, oportunizando boas condições para o primeiro emprego. (Identificação junto às empresas das necessidades de formação)

Qualificação profissional de jovens e adultos em parceria com instituições de ensino e em sintonia com as demandas identificadas pelo setor empresarial nas diversas regiões da cidade – visando a inserção no mercado de trabalho, com soluções inovadoras para reduzir as desigualdades.

Apoio às **mulheres vítimas de violência**, com orientação jurídica, de saúde, combate à violência, educação e capacitação profissional, em parceria com a família e a sociedade, promovendo seu empoderamento.

Integração da área social com os demais órgãos afins do município, com vistas a potencializar as ações voltadas a reduzir as desigualdades.

4.4.1 Inclusão da pessoa com deficiência

As pessoas com deficiência necessitam de uma atenção especial, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade e o risco pessoal, familiar, comunitário e social.

Iniciando pelo ambiente escolar, onde os estudantes com deficiência necessitam de tutores capacitados e vocacionados, será desenvolvido Curso de Formação de Tutores, para atender as instituições de ensino, garantindo o desenvolvimento das pessoas.

Partindo da base do **Cartão Cidadão**, teremos o cadastro integral e fidedigno de toda pessoa com deficiência, permitindo que as áreas da saúde, educação e ação social, adotem medidas para respeitar os direitos, individualizando cada cidadão e suas necessidades.

Destaca-se com grande relevância, iniciativas como qualificação para o trabalho e esporte, de modo a potencializar as capacidades das pessoas com deficiência para inserção econômica e exercício de cidadania plena. Assim, além de estruturar um banco de emprego e de permitir um adequado desenvolvimento de competências dos interessados, a prefeitura destacará consultores com o objetivo de alcançar o melhor clima organizacional de aprendizado e respeito à diversidade. Vamos qualificar as empresas para receber o profissional com deficiência. Permitindo que as contratações ocorram pelo perfil e não apenas pela deficiência.

Como incentivo para essa nova fase de desenvolvimento social, as empresas que acolherem pessoas com deficiência em seus quadros, superando a obrigatoriedade legal, terão o selo de “Responsabilidade Social”, garantindo destaque perante as demais.

As pessoas com deficiência terão uma **Secretaria** dentro da estrutura da Prefeitura para preservar suas garantias, direitos e inclusão social, além de ampliação da acessibilidade.

4.4.2 Secretaria de Cidadania, Inclusão, Alimento, Habitação e Trabalho

Dentro do compromisso de cuidar das pessoas, teremos uma Secretaria integrando as diversas áreas responsáveis pelas questões sociais e políticas públicas decorrentes.

Serão foco desta Secretaria a supervisão da aplicação de recursos financeiros, o desenvolvimento de projetos de fomentos nos bairros, cadastro de empregos e empregadores (por região) e o desenvolvimento de um sistema principal que integre as ações e dados e que fomente os projetos de forma integrada entre todos os envolvidos.

Em conjunto com a Companhia de Habitação atuará cadastrando as famílias em moradias em situação de vulnerabilidade ou risco, realocando famílias quando necessário e também atuando na regularização fundiária das áreas ocupadas por famílias carentes.

4.4.3 Liceus de Ofício

De forma a ampliar a atuação dos Liceus de Ofício, garantindo cursos gratuitos de qualificação profissional para jovens e adultos, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social, a fim de possibilitar o acesso, a permanência ou o reingresso do cidadão e cidadã ao mundo do trabalho.

Desde priorização de formação à distância até a complementação presencial, toda pessoa precisar acessar o mercado de trabalho terá nos Liceus, um apoio e a orientação da formação complementar, com cursos gratuitos, garantindo a geração de emprego e renda.

Aproximando as pessoas da disponibilidade de vagas do mercado de trabalho, preenchendo requisitos de formação, com a vocação das áreas que potencialmente poderão contratar.

Em parceria com entidades de ensino profissional, tanto os cursos técnicos quanto os de desenvolvimento comportamental, estarão disponível para todos os interessados.

Para além dos cursos tradicionais regularmente ofertados, estaremos muito aderentes ao que o mercado de trabalho empregador necessita, como Tecnologia, Marketing, Imagens e Vídeos, Administração e Finanças, além de Reforço Escolar (garantindo uma melhor performance no mercado de trabalho).

4.4.4 Segurança Alimentar e Nutricional

Partindo de 3 eixos estratégicos, Educação alimentar e nutricional, Abastecimento Comercial e Abastecimento social, este programa pretende colocar alimento com mais qualidade e quantidade na mesa de cada cidadão.

Com iniciativas de incentivar o uso de alimentação proveniente de pequenos e médios produtores, direto para cadastrados nos programas sociais. O produtor rural teria uma ampla rede de consumo (com apoio técnico da Prefeitura) e o cidadão curitibano menos favorecido, teria acesso a uma alimentação de qualidade, com valores menores que o mercado pratica, **direto do campo**.

Todo acesso fica simplificado pelo Cartão Cidadão, permitindo que todos os programas da Prefeitura estejam vinculados ao cidadão que precisa (vulnerável socialmente).

Igualmente serão incentivadas as **feiras livres** para que todo cidadão curitibano possa buscar a alimentação com maior qualidade, menor custo, mais próximo da sua residência, criando uma cadeia produtiva que valorize os pequenos produtores e empreendedores. A ampliação dessas feiras trará novas oportunidades a todos.

4.5 Financiamento e PPP

Dada à falta de recursos financeiros, consideramos utilizar a legislação federal de PPP (Parcerias Público Privadas), ou mesmo simples concessões para viabilizar serviços essenciais à cidade? A melhoria da iluminação pública – agora sob a responsabilidade dos municípios – é perfeita para uma parceria desse tipo, com a vantagem de agregar novas tecnologias de iluminação (LEDs) mais baratas e eficientes, bem como e agregar novos componentes como câmaras de vigilância nas principais áreas da cidade para monitorar a segurança pública, além de proporcionar “hot spots” com redes de WiFi.

O BNDES, através da Diretoria de Desestatização estava oferecendo às capitais de Estados e de municípios com mais de 400 mil habitantes, a modelagem para a concessão dos serviços de iluminação pública – inclusive colocando à disposição do parceiro privado linhas de financiamentos os quais serão amortizados a longo prazo mediante pagamento dos serviços através das COSIP (Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública), desonerando e melhorando tais serviços, com um “upgrade” substancial na qualidade da iluminação pública (inclusive de monumentos, através de iluminação cênica).

Poderia se pensar em outras parcerias como a conservação e a manutenção de prédios e instalações municipais, parques, praças etc., desde que seja feita uma modelagem para encontrar os mecanismos financeiros apropriados. Da mesma forma, as Operações Urbanas Consorciadas poderão fazer parte dessas PPP e representar fontes financeiras importantes, desde que adequadamente “blindadas” em fundos especiais.

Detalhe: são medidas que não se limitam a um período administrativo, porém em função da modelagem econômico financeira poderá se estender por vários períodos, liberando recursos para atividades prioritárias como educação, saúde e segurança. Além disso, não impactam sobre os limites de endividamento e de pagamento do Município.

Da mesma forma, é possível adotar a modelagem das PPP para a construção, conservação e manutenção permanente (durante o período da PPP) das escolas, das unidades de saúde e de outras edificações (Ruas da Cidadania, Terminais e Estações do Transporte Público, Teatros, Parques, Bosques, etc.), assegurando a prestação de serviços de qualidade em todos os níveis, ficando o Poder Público com as responsabilidades constitucionais nas áreas da Educação, da Saúde e da Segurança, definidas como políticas de Estado (e, não, de Governos), com a seleção e contratação de professores, pedagogos, médicos, agentes de segurança e outras especialidades, melhor remunerados e atendidos por meio dos Planos de Cargos e Salários e Avaliação de Desempenho compatível. Há muitos exemplos de sucesso das PPPS nas mais diversas áreas e em diversos países, casos que poderão ser analisados e adaptados à realidade legal brasileira e financeira da cidade de Curitiba.

5 DESENVOLVENDO CURITIBA

Curitiba precisa retomar sua capacidade de planejar, de atender às necessidades do presente, garantindo que as gerações futuras igualmente tenham elevada qualidade de vida e desenvolvimento, com capacidade e infraestrutura capaz de atenderem as próprias necessidades de amanhã. Vamos estruturar Curitiba para o presente, mas com um olhar voltado para 2050, quando, sob a nossa aplicada e proba gestão, será uma cidade ainda melhor e mais inclusiva.

Ao olharmos para o passado vemos que por muito tempo Curitiba evoluiu e esteve na vanguarda do planejamento e das realizações. Vamos resgatar esse orgulho, para permitir que as futuras gerações vivam numa cidade muito melhor.

Mobilidade é uma expressão de liberdade. Está inserida no contexto da sociedade moderna em que, para funcionar efetivamente, com eficácia, pessoas e bens necessitam se movimentar. Essa mobilidade frequentemente traz um elevado preço: a geração de congestionamentos, acidentes, riscos constantes, a falta de segurança (para pedestres, ciclistas, motoristas, passageiros, ...), poluições atmosférica, sonora e visual, e demasiada ocupação de solo urbano, fatos que tornaram desigual o acesso aos meios de transporte e conduzem à insuficiente atenção à qualidade de vida. Precisamos retomar o rumo do Desenvolvimento Sustentável e recuperar a imagem de Curitiba na vanguarda dessas discussões.

5.1 Mobilidade Urbana – Requalificação do Eixo Metropolitano

Retomar a implantação dos Eixos Estruturantes na cidade e na RMC, como o Eixo Metropolitano (rebatizado de Linha Verde), com a execução das transposições em desnível nos principais cruzamentos (anteprojeto existente no IPPUC), as integrações físico-tarifárias nas estações com linhas alimentadoras municipais e intermunicipais metropolitanas, implantação de novos modais de transporte público de alta capacidade (híbridos ou elétricos) via PPP e financiamentos públicos e privados com contra garantias de CEPAC (Certificados de Potencial Adicional de Construção).

O Eixo Metropolitano poderá abrigar no seu entorno, junto às instalações do complexo dos campi da UFPR e da PUCPR um Centro Tecnológico voltado à pesquisa e à inovação – dentro do conceito de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em caráter permanente, através de parcerias com indústrias, laboratórios, Universidades e centros de pesquisas.

O fundamental ao longo do Eixo Metropolitano será a operação do ITS (Intelligent Transport System) em fibra óptica (cujos dutos foram instalados ao longo da via). Além disso, esse eixo é a espinha dorsal da Região Metropolitana de Curitiba, desde Mandirituba, Fazenda Rio Grande, Araucária, até Colombo, Quatro Barras, Almirante Tamandaré, possibilitando ampla gama de integrações modais com várias outras linhas do transporte coletivo urbano e metropolitano.

O Eixo Metropolitano precisa operar da forma como foi inicialmente concebido, para isso será necessário implantar trincheiras e concluir as iniciadas, ampliar as laterais do viaduto da Marechal Floriano Peixoto (permitindo ampliar as integrações), construir passarelas, e viaduto com alça, eliminação dos semáforos (instalando apenas os de retorno), ampliação da calçadas e interligação das ciclovias e finalmente integração com a Linha Amarela. Todas essas ações incentivarão o comércio e o desenvolvimento da região.

Essa obra que aguarda a quase 2 décadas é o símbolo da ineficiência da Prefeitura, vamos recuperar todo esse investimento, trazendo avanço ao deslocamento das pessoas e desenvolvimento dessas regiões.

5.2 Mobilidade Urbana – Linha Amarela

Um novo eixo de transporte será implantado em Curitiba, exatamente onde hoje está situada a linha férrea. Com a adequada gestão, utilizando a estrutura já disponibilizada e com a implantação do Contorno Ferroviário, Curitiba estará novamente no topo das Capitais em termos de mobilidade. Contando com um veículo de alta capacidade (com padrões internacionais de conforto e velocidade), a Linha Amarela contará ainda com sistema viário completo (pistas de rolamento, ciclovias e calçadas), elevado nível de tecnologia a disposição das pessoas, transformando todo o ambiente urbano de forma integrada e receptivo aos cidadãos.

Os estudos que já foram realizados pelo IPPUC (Arq. Luiz Hayakawa) mostram como esta nova estrutura poderá ser implantada. Mesmo já sendo promessas não cumpridas em outras campanhas, podemos garantir sua implantação em tempo recorde.

Mesmo antes da construção do Contorno ferroviário, passaremos a regulamentar a circulação de trens, com restrição para circulação noturna, diminuição da velocidade e eliminação dos conflitos entre as vias e a ferrovia.

5.3 Mobilidade Urbana – Contorno Ferroviário

Havia um entendimento junto ao Governo Federal para a construção do ramal ferroviário de contorno a Curitiba em direção a Rio Branco do Sul para atender às indústrias cimenteiras e de calcáreo agrícola. Retomar esses contatos junto ao Ministério da Infraestrutura visando a alavancar recursos orçamentários federais ou incluir esse ramal em uma das novas concessões em estudos.

A implantação do Contorno Ferroviário de Curitiba permitirá a desativação da ferrovia hoje existente na malha urbana, com a utilização da atual faixa de domínio para desafogar os acessos ao Norte de Curitiba, em especial, ao longo da Av. Anita Garibaldi, consolidando um novo eixo de desenvolvimento da Cidade de Curitiba e de Almirante Tamandaré.

5.4 Mobilidade Urbana – Terminal de Integração Rodoviário

Nas adjacências do Terminal Rodoviário de Curitiba (Rodoferroviária), será implantado o maior Terminal de Integração Urbana, quem vier do Aeroporto ou da Rodoviária, poderá acessar toda integração das linhas de transporte público. Ligando a Linha Verde e a Linha Amarela, com todo Sistema Integrado de Transporte de Curitiba.

Outra inovação será a disponibilidade de amplo estacionamento, para aqueles que não quiserem adentrar ao centro da cidade com o veículo particular. No mesmo espaço estará disponível taxi, veículos compartilhados (automóveis, bicicletas e/ou patinetes). Ampliando as opções de escolha do usuário.

Na mesma área serão disponibilizados todos os serviços da prefeitura, para aquelas pessoas que não quiserem acessá-los remotamente, estará implantado um “Tudo Aqui”, trazendo o serviço público para onde o cidadão está.

Um grande empreendimento, a favor de todos, melhorando a mobilidade e a vida das pessoas de Curitiba, Região Metropolitana, bem como dos seus visitantes, impulsionando o turismo, trazendo mais valor à Cidade e mais renda e serviço aos Curitibanos.

5.5 Mobilidade Urbana – Transporte Público – Eixo Norte Sul

Está mais que na hora de dar um “up grade” na Rede Integrada de Transportes, através de PPP para a infraestrutura, com a modernização da atual estrutura viária (sem grades, por favor!!! O transporte tem que ser pensado na escala humana e urbana!).

Hoje em dia, o conceito usual é o MaaS (Mobility as a Service) que utiliza abordagem holística e considera o transporte público e suas variáveis como prestação de serviços aos usuários dos inúmeros componentes dos serviços de mobilidade (estacionamentos, áreas de uso exclusivo do pedestre, ciclovias, regulamentação de carga e descarga, trânsito, bilhetagem (**cartão cidadão**) por tempo e por anéis de tarifação, integração física e tarifária, comunicação visual, estações e terminais, sincronização semaforica, ITS, iluminação pública).

A vantagem da PPP é que existem recursos para tal (incluindo-se o financiamento ao parceiro privado), sem a necessidade de endividamento do Município. Em uma PPP do transporte público, além do material rodante, que utilizaria tecnologia híbrida ou elétrica, design próprio e atrativo, dotado de ar condicionado e WiFi, câmeras de vigilância, GPS, piso elevado (com estações tubo) ou rebaixado, sem catracas (a bilhetagem é externa), comunicação com o CCO (Centro de Controle Operacional) e outras inovações.

Compõem a PPP todos os componentes dos serviços relacionados ao MaaS. Também se prevê o **transporte público por demanda**, uma novidade interessante a ser incluído no Edital de Concorrência.

Será necessário elaborar projeto completo e detalhado da proposta, bem como os estudos de viabilidade econômico-financeiros-jurídicos por se constituir em concessões que ultrapassam vários mandatos.

O sistema perde passageiros dia-a-dia (segundo se constata, cerca de 20% nos últimos 10 anos) e o uso do carro subiu de 25% dos deslocamentos para mais de 30%! Assim, a modernização do sistema é urgente visando a reconquistar os passageiros perdidos.

Propõe-se regatar a PMI (Procedimento de Manifestação de Interesse) para a Linha Norte Sul ou realizar um novo procedimento de consultas via PPP. A anterior previa a eliminação de passagens em nível, a requalificação dos sistemas e dos equipamentos urbanos (terminais, estações, infraestrutura, comunicação visual, novas tecnologias de informação e comunicação, ITS, semaforização e iluminação), a utilização de veículos híbridos (ou elétricos).

À época, esta PMI veio em substituição ao projeto de implantação do Metrô, que acreditava na possibilidade de um financiamento do Governo Federal e que nunca se materializou.

5.6 Mobilidade Urbana – Transporte Público – Eixo Avenida das Torres

Com a implantação subterrânea das linhas de Alta Tensão da COPEL, o Eixo da Avenida das Torres, merece uma solução de transporte público, inclusive com a interligação com o Aeroporto e o atendimento à demanda de São José dos Pinhais. Poderia ser viabilizada via PPP.

Seria uma grande oportunidade para implantar um sistema do tipo BRT (com o uso de veículos híbridos ou elétricos) desde a Estação Rodoferroviária de Curitiba até São José dos Pinhais e ao Aeroporto Afonso Pena.

Ainda durante a COPA/2014, tentou-se modificar o projeto da via para abrigar pistas exclusivas para o transporte coletivo, porém o Comitê da Copa não quis alterar o mesmo.

Ao longo da Avenida das Torres está previsto o adensamento com a construção de empreendimentos de usos mistos mediante aquisição de direitos de solo criado conforme estabelece o Plano Diretor.

Poderia ser contemplado um lançamento de CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção) visando alavancar recursos para investir ou para entrar como contra garantia a financiamentos para a implantação do projeto.

5.7 Mobilidade Urbana – Transporte Público – Outros Eixos

Outros eixos viários importantes, para atendimento à demanda da população residente nos bairros que foram se formando ao longo dos últimos, em especial, ao sul da cidade e até mesmo no entorno do Contorno Leste (onde foram construídas habitações dentro do programa Minha Casa Minha Vida, onde se cometeram os mesmos erros do extinto BNH).

Elaborar os estudos necessários para que sejam implantados novos eixos de transporte público de qualidade formando uma verdadeira rede integrada (inclusive com outros municípios da RMC) dotada de sistema de tarifação diferenciada por anéis tarifários, por tempo, porém constituindo uma malha extensa e integrada com o restante do sistema já em operação.

Promover o adensamento das áreas junto aos terminais de integração com atividades mistas (habitação + serviços). Esta condição vale para todos os eixos do transporte coletivo. Dependendo do mercado imobiliário em cada bairro, será viável “vender” solo criado.

5.8 Mobilidade Urbana – Trânsito

Resolver os problemas de congestionamento de trânsito que acabam com a paciência do curitibano. Basta detectar os pontos críticos e encontrar alternativas de solução, como o IPPUC fazia rotineiramente (poder-se-á até se pensar em construir viadutos ou trincheiras – não é pecado!). Há que elaborar estudos de tráfego, utilizar sinalização eficiente, sincronizar (de vez) os semáforos, implantar anéis de circulação no entorno da área central e proteger o núcleo central da invasão de automóveis.

Implantar, nas áreas a serem protegidas pelos anéis, as chamadas Ruas Completas que serão dotadas de vias exclusivas para o transporte público, ciclovias, calçadas largas, comunicação visual, iluminação pública, paisagismo, velocidade controlada, locais de amenização e onde o comércio e serviços serão estimulados a se instalar.

Implantar estacionamentos na periferia dos anéis (elevados ou subterrâneos) e um (subterrâneo) na área central para apoiar a revitalização dos setores de pedestres e do setor histórico (exemplo: no entroncamento das duas ruas Marechais).

Deverá ser prevista a implantação de um CCO (Centro de Controle Operacional) nos projetos de Mobilidade Urbana (aí incluídas as câmeras de vídeo de controle do trânsito).

Essa unidade monitora todo o sistema de transporte público e trânsito, integrando também as câmeras de vigilância nas áreas de pedestres e outras regiões críticas da cidade.

Devemos ainda ampliar as ciclovias, permitindo sua integração em uma extensa e importante **Rede Metropolitana de Ciclovias** interligando Jardim Botânico, Autódromo, Cajuru, São José dos Pinhais (aeroporto) e Zoológico. Além de todo sistema de Curitiba possuir conexão, formando uma grande rede cicloviária, garantindo transporte saudável, acessível e livre de emissões.

5.9 Habitação – Eixos de Desenvolvimento

Por incrível que pareça, em Curitiba aconteceram vários empreendimentos Minha Casa Minha Vida, fora dos eixos de desenvolvimento. Áreas junto ao Contorno Leste foram tomadas com esse tipo de construção habitacional, onde antes estava prevista a implantação de grandes equipamentos na escala da rodovia.

Autoridades federais e empreendedores cometeram os mesmos erros do extinto BNH, construindo monumentos à incompetência: milhares de casas, sem infraestrutura adequada e, pior, sem transporte público para o deslocamento dos moradores, formando guetos periféricos, alguns dominados pela marginalidade...

Além do mais, o Contorno Leste é uma rodovia de Classe Zero – isto é, não se permitem acessos e o uso habitacional acabou por ultrapassar a sua faixa de domínio, com a ocupação das margens “após” o contorno.

A concessionária que administra a via – Auto Pista Litoral Sul (Arteris) – vem reclamando da situação e foi obrigada a construir passarelas que permitam pelo menos a transposição da rodovia pelos pedestres para evitar atropelamentos.

Será necessário elaborar um novo plano de habitação para a cidade, que privilegie a utilização das faixas ao longo dos eixos estruturais previstos no Plano Diretor. Adensamentos ao longo da Avenida das Torres, do Eixo Metropolitano, dos novos eixos de transporte público, são áreas mais bem dotadas de infraestrutura e mobilidade urbana.

As áreas recentes de ocupação como o Tatuquara, Caximba e outras dentro do perímetro urbano da cidade também merecem uma abordagem do tipo TOD “Desenvolvimento orientado pelo Transporte”, que Curitiba já aplicava desde a década de 70 e parece que o conceito foi “esquecido” pelos administradores.

Novos eixos de habitação deverão contemplar usos mistos (moradia + comércio + serviços), bem como “mix” de renda – até mesmo em Manhattan se exige um percentual de unidades habitacionais destinado a famílias de menor renda para que as vizinhanças não se transformem em enclaves elitistas.

5.10 Preservação e Revitalização da Cidade – Cidade da Polícia

Curitiba sempre se caracterizou pela preservação, revitalização e reciclagem de usos de edificações históricas e de unidades que recuperam a memória e se tornaram marcos significativos dentro da malha urbana.

Dar continuidade à política de preservação, revitalização, restauro e utilização do patrimônio cultural da cidade, representado por edificações de valor histórico e sentimental, antigas pedreiras, antigos caminhos.

Utilizar mecanismos de incentivos fiscais e de transferência do direito de construir para viabilizar financeiramente o restauro e a sua manutenção.

Pelo Protocolo de Intenções firmado com a AMBEV e o Estado do Paraná, na concessão de incentivos para a construção da nova unidade industrial da empresa, a velha fábrica no Rebouças (a Brahma) passará a ser de domínio do Estado para que ali seja instalada a Cidade da Polícia, onde serão integrados todos os Órgãos de Segurança (não só de âmbito Estadual, mas principalmente a Polícia Municipal e os Órgãos que atuam com Urgência e Emergência, que irão revitalizar e animar o tradicional bairro.

Da mesma forma, a unidade da AMBEV de Almirante Tamandaré também passará ao domínio do Estado do Paraná que poderá abrigar um centro de Belas Artes para ateliers de escultura em cimento (em parceria com o Município de Almirante Tamandaré e as cimenteiras).

6 REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) é constituída por 29 municípios, considerada a oitava região metropolitana mais populosa do Brasil, composta por municípios heterogêneos em termos populacionais, nível de renda, escolaridade, segurança, transporte público, densidade habitacional, infraestrutura urbana, uso do solo, serviços de atenção à Saúde, gestão hídrica, resíduos sólidos. Enfim um grande número de Funções Públicas de Interesse Comum.

Será necessário discutir uma visão estratégica para Curitiba e sua Região Metropolitana – não há como separar municípios onde funções urbanas de interesse comum se sobrepõem aos interesses locais – tais como o fortalecimento econômico dos municípios vizinhos para que possam atender às demandas de suas respectivas populações (caso contrário haverá um contínuo “inchaço” no município polo); ou uma rede integrada de transporte público metropolitano, que estimule a criação de postos de trabalho em cada um dos municípios através de tarifas mais baixas; ou a construção de conjuntos habitacionais (nunca no estilo MCMV – que é uma repetição desastrosa da experiência mal sucedida vivida na época do BNH) dentro do tecido urbano de cada município e dotada de infraestrutura, usos mistos, transporte e serviços públicos; ou a criação compartilhada de parques e áreas verdes entre os municípios mediante transferência do direito de construir prevista para essas áreas para outros locais dentro e fora dos municípios da Região Metropolitana.

Essa condição poderia ser explicitada com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da RMC (PDUI/RMC) pelo Governo do Estado (COMEC) como determina o Estatuto da Metrópole, abrangendo propostas para todas as funções públicas de interesse comum, como estruturação metropolitana, mobilidade urbana, sistema viário básico, saneamento (drenagem, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários e resíduos sólidos urbanos), preservação ambiental, pagamento por serviços ambientais, proteção das áreas de risco sujeitas a desastres naturais, moradia, equipamentos urbanos e sociais etc..

Implantação de um amplo Programa de Contenção de Enchentes mediante tratamento, dragagem e manutenção dos principais rios que cortam a RMC, juntamente com a prevenção, controle e atenuação dos desastres naturais.

Seriam criados Parques Lineares em toda a RMC!

Da mesma forma, implantar o Programa de Prevenção de Desastres Ambientais e de Mitigação dos seus efeitos.

Implantar parques públicos na RMC juntamente com os trabalhos de dragagem e proteção dos principais rios, visando à criação de estruturas de recreação e lazer nos municípios – em parcerias com as respectivas Prefeituras.

Aproveitamento da pedreira desativada do DER em Colombo como área de esporte, lazer, cultura e recreação.

Revitalizar, em parceria com os municípios da região, os antigos caminhos coloniais preservados nesses municípios, como forma de estimular as tradições e as culturas locais nas áreas de artesanato, música, gastronomia, folclore, com desenvolvimento local e potencialização do turismo.